

07/11/2019

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Pesquisa, um contraponto](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Faculdade abre para ensino médio](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Abandono escolar entre jovens de 15 a 17 anos é 8 vezes maior entre mais pobres](#)

[Faculdade particular terá bônus de avaliação se atender alunos da educação básica pública](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Educação e saúde da família](#)

[Um choque de realismo](#)

[Faculdade privada que ceder espaço terá bônus](#)

[Novo programa pode mascarar ineficiência no ensino superior](#)

O GLOBO - RJ

[Saneamento não avança, enquanto internet cresce](#)

[Ricardo Braga é exonerado da pasta da Cultura](#)

[Quase um quarto dos jovens não estuda nem trabalha](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Oferecer atividade para ensino básico pode melhorar nota de faculdade](#)

[Novos horizontes para a educação](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Bolsa na Alemanha](#)

MEIO NORTE - PI

[Sistema de Avaliação da Educação Superior](#)

[Atividades a alunos do fundamental](#)

[No PI, 90,8% dos jovens estão na escola](#)

Agências de notícias e sites

G1

[UEA e Hemoam selecionam para mestrado em Hematologia e Hemoterapia](#)

PIAÚ NOTÍCIAS

[MEC lança Prêmio Capes Talento Universitário para valorizar estudantes de graduação](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Análise : Novo programa do MEC pode mascarar ineficiências no ensino superior](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Mais de um terço dos candidatos inscritos no Enem são de localidades sem salas de cinema](#)

AGÊNCIA VALOR

[MEC propõe elevar nota de universidade que abrir espaço ao ensino médio](#)

G1

[Governo lança programa para estimular universidades a colaborarem com a educação básica](#)

[Educação carcerária na Região Norte é tema de seminário da UEPA](#)

[Renegociação atrai 2% dos estudantes em dívida com o Fies e deve recuperar 14% dos R\\$ 2,5 bilhões atrasados](#)

PORTAL EXAME

[Bolsonaro avalia filho do pastor R. R. Soares para a Secretaria de Cultura](#)

PORTAL ISTOÉ

[Universidades poderão oferecer atividades a estudantes do fundamental](#)

TERRA

[Faculdade ruim não vai ceder espaço como atalho para melhorar nota, diz ministro da Educação](#)

Agências de notícias e sites

BONDE NEWS

[UEL comemora nesta quarta, 50 anos de existência](#)

CULTURA FM

[Molécula é encontrada em fóssil de 110 milhões de anos de réptil voador na Chapada do Araripe, sul do Ceará](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Capes financiará até R\\$ 15 milhões em eventos científicos](#)

[União de parlamentares ajudará na defesa das pautas da ciência, diz deputado Molon](#)

PORTAL AMIRT

[Famílias de vítimas do zika vírus com diagnóstico de microcefalia sofrem com depressão](#)

PORTAL ISTOÉ

[Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA

[Estudantes feirenses podem concorrer a prêmio da Capes](#)

G1

[Pesquisadores descobrem material genético de dinossauro em fóssil de 110 milhões de anos no Ceará](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[MEC lança Prêmio Capes Talento Universitário para valorizar estudantes de graduação](#)

[CAPES financiará até R\\$ 15 milhões em eventos científicos](#)

[Edital oferece bolsas de doutorado na Alemanha](#)

[Investimento estratégico: o balanço dos 300 dias](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC vai aumentar nota de universidade privada que ceder espaço ao governo federal](#)

[Economista deixa Cultura e assume pasta no MEC que credencia faculdades privadas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ricardo Braga é exonerado da secretaria especial da Cultura e vai para o MEC](#)

CORREIO WEB

[Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais](#)

G1

[Professores da rede estadual de ensino no Centro-Oeste de Minas aderem à paralisação](#)

[Ceará é 2º estado do Nordeste com mais jovens que concluíram ensino básico, aponta](#)

IBGE

METRÓPOLES

[Universidade privada que ceder espaço ao governo terá nota maior](#)

O OBSERVADOR

[Prefeitura seleciona coordenador de Pólo da Universidade Aberta do Brasil UAB](#)

PORTAL ISTOÉ

[Secretário da Cultura é exonerado para assumir cargo no MEC](#)

[Unifesp abre vagas para câmpus na zona leste da capital](#)

[Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais](#)

TERRA

[Economista deixa Cultura e assume pasta no MEC após 2 meses](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Unifesp abre vagas para campus na zona leste da capital](#)

[Secretário da Cultura é exonerado para assumir cargo no MEC](#)

[Extrema pobreza tem recorde e atinge mais de 13 milhões de pessoas em 2018, diz IBGE](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - FÓRUM DE LEITORES

Pesquisa, um contraponto

Periodicamente vejo textos de pesquisadores reclamando da falta de dinheiro para pesquisa e fazendo todo tipo de especulações alarmantes sobre o futuro da pesquisa brasileira. Acho que o contraditório é necessário. Há dinheiro, sim, para os bons pesquisadores produtivos que publicam em revistas de ponta com alto fator de impacto. Para esses nunca falta. Existem agências estaduais, nacionais e internacionais que financiam pesquisas independentemente da nacionalidade. Por que reclamar tanto? Por que não procurar agências internacionais que financiem seus projetos? Por que não fazer parcerias com pesquisadores internacionais? Acredito que falte qualidade na elaboração de projetos. Deixe-se de lado o corporativismo típico da academia e se pense que o Brasil está quebrado e tem outras prioridades sociais, como saúde, habitação, segurança, que atingem parcela expressiva da população mais humilde. Pesquisadores são privilegiados, têm estabilidade no emprego, bons salários, viajam para congressos nacionais e internacionais, conhecem o mundo, fazem, às vezes, vários estágios de pós-doutorado no exterior – conheço uma professora da USP que fez quatro estágios de pós-doutorado na Europa. Os membros da academia não são santos – a rigor, não existem santos em nenhuma parte. Há que parar de reclamar tanto. Quanto aos bolsistas de mestrado e doutorado, sempre tão prejudicados pela falta de bolsas, o CNPq e a Capes deveriam publicar e divulgar para a população brasileira a lista desses bolsistas e as publicações originadas desse financiamento. Acredito que haveria surpresas não muito republicanas. Uma porcentagem alta dessas teses nunca foi publicada, o que se traduz em perda de tempo e dinheiro para essas agências e para o País.

JULIO TIRAPEGUI, Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP

tirapegu@usp.br São Paulo

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Faculdade abre para ensino médio

O Ministério da Educação lançou o programa Educação em Prática, que abre as portas de faculdades para alunos do ensino fundamental II e do ensino médio. O objetivo é fazer com que as universidades interessadas no projeto cedam espaço físico para os estudantes, como laboratórios e quadras de esporte, a fim de ampliar o acesso dos adolescentes ao ensino em tempo integral.

As universidades que se inscreverem no programa poderão ter um bônus da avaliação institucional, realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Segundo o MEC, 2.152 instituições de ensino superior privadas, 296 universidades públicas, 38 institutos federais e dois centros federais de educação tecnológica poderão aderir ao programa.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, salientou que “faculdades ruins” não

serão beneficiadas. “Faculdade ruim que achar que [o programa] pode ser um atalho para melhorar a nota, não vai melhorar. Tem que ser universidade boa e bem avaliada. Dado esse critério, tem que aderir ao programa que vai ser muito bem monitorado. E, caso tenha um desempenho, a nota vai subir”, explicou o ministro no lançamento do programa.

No entanto, o MEC não aprofundou os parâmetros que indicariam uma pontuação “ruim”, e afirmou que ainda serão discutidos os medidores para avaliar o trabalho das universidades que aderirem ao programa. O ministério informou ainda que não haverá transferência de recursos para ajudar instituições com os possíveis gastos com o programa.

Segundo o secretário de Educação Básica, Janio Macedo, as universidades já recebem uma pontuação pela responsabilidade social. “Essa bonificação existe no Sinaes. As universidades públicas não vão fazer nada mais do que colocar, à disposição da comunidade, suas competências, como professores e laboratórios”, afirmou. Para ele, a bonificação vai ser um estímulo para as faculdades.

As adesões das universidades deverão ser realizadas a partir de 2019 e as ações estão previstas para começar em 2020.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Abandono escolar entre jovens de 15 a 17 anos é 8 vezes maior entre mais pobres
Maioria dos jovens fora da escola (65%) deixou os estudos antes de completar o ensino fundamental, segundo pesquisa do IBGE**

Brasília

O abandono escolar é 8 vezes maior entre jovens pobres de 15 a 17 anos na comparação com os estudantes de melhor renda. Além disso, o percentual de jovens dessa faixa etária com atraso escolar é 4 vezes superior.

Ao dividir os jovens em cinco intervalos de renda, os 20% mais pobres tem uma taxa de exclusão de 11,8%. No quintil superior, dos 20% com melhor renda, essa taxa é de 1,4%.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/abandono-escolar-entre-jovens-de-15-a-17-anos-e-8-vezes-maior-entre-mais-pobres.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Faculdade particular terá bônus de avaliação se atender alunos da educação básica pública

MEC diz que não será atalho para inflar nota, mas critérios não foram apresentados

Brasília

Instituições particulares de ensino superior poderão receber bônus na nota de avaliação federal por oferecerem espaços ociosos para alunos da educação básica da rede pública. Para o MEC, esse será um estímulo para universidades aderirem ao projeto e colaborarem com a educação básica.

Projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL), anunciado nesta quarta-feira (6), abre essa opção como forma de atender estudantes na flexibilização do ensino médio e também alunos do ensino fundamental. O plano atende sugestão de representantes do setor privado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/faculdade-particular-tera-bonus-de-avaliacao-se-atender-alunos-da-educacao-basica-publica.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Educação e saúde da família

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), PROFESSOR SÊNIOR DA USP, É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Proponho reforçar a educação na primeira infância, definida como a que vai do pré-natal até os 5 anos de idade, com ênfase nos três primeiros. E alcançando mais as famílias carentes com crianças nessa fase da vida. O título acima fala de saúde porque esta proposta pega carona no bem-sucedido Programa Saúde da Família, cujo nome atual é Estratégia Saúde da Família (ESF).

Há muitas propostas para aprimorar a educação no Brasil, em geral focadas em meios como formação de professores, gestão e avaliação, bases curriculares, etc. Mas é indispensável incluir as famílias nesse processo, particularmente na primeira infância, sem o que o futuro de milhões de crianças ficará comprometido.

Ao pensar no assunto, levei em conta minha experiência de vida. Ora, a vida é você e as circunstâncias, como disse o filósofo Or te gay Gasset. Tive circunstâncias educacionais muito favoráveis, pois minha mãe deixou o magistério para cuidar dos seus oito filhos. Na época, famílias desse tamanho eram comuns. Ela levou todos à escola, e nossa casa era também uma escola, pois ela ensinava várias coisas, e cobrava desempenho escolar. Havia também muitos livros e até jornais diários, que atraíam nossa atenção. E jogos infantis, muita conversa com ela e entre irmãos, tudo isso estimulando nossa cabeça já na primeira infância. E, ainda, a interação com os filhos de famílias vizinhas, também ajudando no desenvolvimento intelectual e social.

Bem depois, percebia enorme importância disso pelas pesquisas de James Heckman, professor da Universidade de Chicago, No belde Economia em 2000. Hoje ele tem um instituto onde expõe suas ideias e propostas, inclusive em português (ver heckmanequation.org/resource/language/portuguese/).

Mas que equação, ou equação, é esse saque intitula esse site? É isso mesmo 1) investirem recursos educacionais e de desenvolvimento humano em famílias carentes, de modo a dar-lhes acesso igualitário a um desenvolvimento humano precoce e bem-sucedido; 2) desenvolver habilidades cognitivas e sociais nas crianças do nascer aos 5 anos de idade; 3) sustentar (2) com educação eficaz até a fase adulta. A soma resulta em ganhos na forma de uma força de trabalho mais capaz, produtiva e valorizada, que pague dividendos ao País em gerações vindouras.

Enfocarei apenas a segunda parcela dessa soma, a da fase até os 5 anos de idade, e os

ganhos citados. Começando por estes, Heckman, com base em pesquisas sobre o desenvolvimento de crianças até a fase adulta em grupos sujeitos a diferentes condições de vida, sintetiza os resultados num gráfico intitulado O desenvolvimento na primeira infância é um investimento inteligente: quanto mais cedo o investimento, maior o retorno. O gráfico tem no seu eixo vertical a taxa de retorno do investimento em capital humano e no horizontal, as fases da vida, começando na pré-natal e seguindo pelas faixas de 0 a 3 anos, de 3 a 5, em idade escolar e em idade pós-escolar. Mostra uma curva em que o retorno maior é o do investimento na fase pré-natal e a partir daí esse retorno decresce continuamente.

Segundo o site, o “trabalho inovador do professor Heckman com um grupo de economistas, psicólogos do desenvolvimento, sociólogos, estatísticos e neurocientistas tem mostrado que a qualidade do desenvolvimento na primeira infância influencia fortemente os resultados econômicos, sociais e de saúde para os indivíduos e para a sociedade como um todo”.

Pelo que sei e vi em vídeos no YouTube, o investimento na fase pré-natal é uma questão de saúde, incluída a nutrição, da mãe, em que as famílias mais carentes de recursos sofrem mais. Na fase de 0 a 3 anos de idade é preciso estimular a criança no seu desenvolvimento cerebral de várias formas, entre elas falas frequentes das mães aos filhos, fazendo com que conheçam coisas e suas utilidades, mais jogos envolvendo objetos de várias formas e convívio com outras crianças. Esse processo segue na fase de 3 a 5 anos, quando a criança já tem maior capacidade de raciocínio e comunicação.

Sobre a ESF, estudo realizado em 2018 por Luiz Felipe Pinto, professor da Faculdade de Medicina da UFRJ, e Ligia Giovanella, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, intitulado Do Programa à Estratégia Saúde da Família (omiti o subtítulo), mostrou que houve forte aumento do acesso a essa iniciativa, pois entre 1998 e 2017 a cobertura de pessoas cadastradas pela ESF passou de 4,4% de da população para de 70%, e entre 2001 e 2016 a taxa de internações por condições sensíveis à atenção básica caiu 45%. Os autores concluem ser “bastante plausível” que essa queda esteja vinculada ao avanço da cobertura da ESF.

Outros dados também confirmam o enorme tamanho dessa cobertura. Segundo o Ministério da Saúde, em 2017 a ESF alcançava 5.496 municípios, tinha 39.872 equipes, e eles receberam recursos no valor de R\$ 3,012 bilhões. Cada equipe é composta por pelo menos um médico, um enfermeiro, um auxiliar técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

Nesse contexto, proponho: 1) reforçar a ação da ESF na fase pré-natal, incluída a nutrição; 2) incluir em cada equipe um ou mais especialistas em educação para aconselhar as mães sobre as ações que devem adotar para o desenvolvimento mental e social de suas crianças, levando livros e brinquedos adequados a esse desenvolvimento; e 3) mudar a sigla ESF para EESF, o segundo E sendo de Educação.

Sei que no Ministério da Cidadania há o programa Criança Feliz, nas linhas do aqui proposto, mas sem o alcance da Estratégia Saúde da Família. E não é por cobrir apenas as crianças, pois o número de municípios que aderiram a ele é bem menor, 2.600. Seria o caso de passá-lo à EESF, o que traria integração e ganhos de escala ao conjunto das atividades.

O investimento em educar na primeira infância é o que tem o maior retorno

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Um choque de realismo

O primeiro mérito, e o mais visível, do pacote de reformas entregue ao Congresso pelo governo é forçar uma discussão sobre problemas vitais do País.

Forçar uma discussão de problemas vitais quase sempre mantidos sob o tapete é o primeiro mérito, e o mais visível, do pacote de reformas entregue ao Congresso pelo governo. Não se poderá mais ignorar, por exemplo, a situação aberrante de mais de mil municípios incapazes de cobrir um mínimo de seus gastos com recursos próprios. Não mais se poderá encarar como normal um dos maiores absurdos da administração pública, a proibição de reduzir gastos com pessoal em fases de grave crise nas finanças oficiais. Além disso, será mais difícil continuar brincando de federação em um país onde o Tesouro Nacional está a postos, sempre ou quase sempre, para socorrer governos estaduais irresponsáveis. Dificilmente se impedirá a eliminação ou distorção de pontos importantes das três propostas de emenda constitucional (PECs) apresentadas terça-feira. Mas, feito o jogo, recuar poderá ser muito custoso.

Haverá ganhos de racionalidade e eficiência mesmo com aprovação parcial do pacote. Com a criação do estado de emergência fiscal, a administração poderá desindexar despesas obrigatórias e diminuir jornada de trabalho de servidores, com redução proporcional de salários. Além disso, a chamada PEC Emergencial permitirá incluir no Orçamento medidas para adequação à regra de ouro (proibição de tomar empréstimos para cobrir custeio) e suspender por dois anos promoções de funcionários (com exceções) e concessão de reajustes.

Além de maior flexibilidade para enfrentar crises, os três níveis de governo poderão dispor de orçamentos menos engessados. Este problema vem sendo discutido, sem resultado, desde os primeiros anos da Constituição aprovada em 1988. Vinculações de verbas dificultam enormemente, há muito tempo, a administração das finanças públicas brasileiras. Os casos mais notáveis são os da educação e da saúde. Governantes são obrigados a aplicar nessas áreas determinadas porcentagens da receita, mas nem por isso os padrões de qualidade são tão bons quanto poderiam ser nessas duas áreas.

A mera obrigação de gastar dispensa os administradores de planejar e de justificar tecnicamente suas despesas. Ao contrário: as vinculações têm dificultado a fixação de prioridades e favorecido o desperdício e a corrupção.

Autorizados a juntar os valores mínimos destinados à educação e à saúde, os gestores poderão distribuir os gastos com maior liberdade entre os dois setores, mais de acordo com as condições e necessidades de cada um e segundo as prioridades fixadas para cada período. A solução mais ampla e mais favorável à racionalização da despesa eliminaria qualquer resquício de vinculação. O orçamento público ficaria bem mais funcional, mais adequado a um exercício permanente de planejamento e mais propício à adequação dos programas aos meios disponíveis.

Mesmo com ampla reforma, despesas incontornáveis continuarão predominantes no orçamento público, no Brasil ou em qualquer país com tolerável organização. Construir

uma escola ou um hospital pode ser um ato de liberdade, mas a partir daí o governo tem de manter as novas instalações em funcionamento. Investimento gera custeio, como sabe qualquer pessoa razoavelmente informada. Mas pode-se manter o avanço do gasto obrigatório em ritmo compatível com o crescimento da economia e da receita fiscal. A reforma da Previdência é um passo para isso, assim como a desindexação de despesas e a eliminação de vinculações.

A criação do Conselho Fiscal da República, composto de representantes da União, dos Estados e dos municípios, poderá contribuir para a consolidação de um novo sentido de responsabilidade na gestão das finanças públicas. É uma novidade promissora, mas a disciplina vai depender, em primeiro lugar, da imposição de regras como a proibição de socorro a governos estaduais irresponsáveis pela União.

As três propostas de emendas constitucionais podem ter defeitos, mas sua tramitação será dificultada mais provavelmente por seus aspectos mais positivos. Será mais um teste para os congressistas e para o núcleo político do Executivo.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Faculdade privada que ceder espaço terá bônus

MEC lança projeto que visa a abrir locais para ações com alunos da educação básica

O Ministério da Educação (MEC) vai aumentar a nota de universidades particulares que oferecerem espaços ociosos ao governo para estender a jornada de alunos do ensino básico, como parte do programa Educação em Prática. Trata-se de uma tentativa do governo de fazer algo com relação à reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Além disso, é uma justificativa para ampliar as matrículas no programa oficial de ensino integral.

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, usar a participação das instituições de ensino para compor a nota já é permitido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). “Não é novidade, já tem instituições que fazem isso. O que nós queremos é estimular.”

Essa avaliação do ensino superior privado é hoje a principal maneira de a sociedade verificar a qualidade dos cursos e um importante componente no mercado concorrido do ensino privado. Agora, haverá um bônus à instituição particular que permitir, por exemplo, que o governo use seu laboratório para receber alunos do ensino médio público. “Faculdade ruim que achar que o programa pode ser atalho para melhorar nota... Não vai funcionar. Faculdade boa, bem avaliada, vai receber bonificação. Mas não vai servir de atalho para instituição ruim se beneficiar ou inflar nota”, defendeu o ministro Abraham Weintraub no anúncio da proposta, ontem, em Brasília.

O ministro e a equipe disseram que os critérios ainda não foram definidos. “Isso ainda vai ser construído”, disse Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao MEC. Segundo Lopes, a adesão vai depender de fatores como localização da instituição de ensino e a atividade que desenvolve.

O projeto, que foi adiantado pela manhã pelo portal estadao.com.br, abre essa opção para atender à flexibilização do ensino médio, reforma da etapa

que vem sendo implementada desde 2017. O novo formato prevê currículo flexível, com a possibilidade de que os jovens escolham áreas para aprofundamento de estudos ou formação profissional.

Também estão previstas parcerias para turmas dos anos finais do ensino fundamental (6.º ao 9.º ano). O objetivo é permitir que as faculdades privadas ofereçam seus espaços, como

laboratórios, quadras esportivas, salas de computação, para os itinerários formativos dos estudantes.

Participantes. A adesão das instituições será voluntária e ainda dependerá da elaboração de um plano de trabalho entre representantes do setor privado, MEC e entidades que representam os secretários de Educação dos Estados (Consed) e municípios (Undime). Conforme o MEC, as instituições podem aproveitar a parceria para colocar alunos de Licenciatura e Pedagogia para desenvolver atividades com os estudantes, em um “estágio” supervisionado.

O Estado apurou que o plano atende a sugestões de representantes do setor de ensino superior privado, que exercem forte influência sobre o ministro. Ao apresentar o programa, Weintraub

disse que a ideia surgiu da “conversa com um amigo”.

A medida, de acordo com Macedo, é ampliar o número de escolas que oferecem período integral. Segundo ele, atualmente 23% das escolas de ensino médio são atendidas por programas de ampliação de jornada, com um custo anual de R\$ 2 mil por aluno. “Para atender a todos, precisaríamos de R\$ 12 bilhões. Nem mesmo em condições fiscais favoráveis seria possível”, ressaltou.

Diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólton Caldas avaliou como “muito positiva” a parceria entre universidades privadas e escolas públicas. “É muito importante essa integração, para a melhoria da qualidade da educação básica, além de criar oportunidades para o aluno ter experiências acadêmicas no ambiente universitário”, disse. “O bônus não faz muita diferença para as instituições de ensino superior, mas há o caráter social e a inclusão desses alunos no ambiente universitário.”

Apesar de o ministro dizer que universidades federais “podem e devem” aderir ao programa, nenhum representante da Andifes (associação dos reitores das federais) compareceu.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Novo programa pode mascarar ineficiência no ensino superior

É PRESIDENTE EXECUTIVA DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Não é de hoje que as universidades privadas têm um dos lobbies mais poderosos em Brasília. Pois bem, elas conseguiram uma espécie de meia-entrada que as beneficia e encobre ineficiências. O ensino superior tem a responsabilidade de ajudar, sim, a

educação básica, com produção de conhecimentos que podem ser colocados em prática para a melhoria do ensino, fundamentalmente e mais importante, formando melhor os futuros professores nos seus cursos de Pedagogia

e licenciaturas. Abrir seus espaços para alunos da educação básica também pode ser um apoio possível, mas sem que isso infle sua avaliação e faça de sua nota no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) algo pouco revelador da qualidade real de sua oferta como ensino superior.

O tempo de gestão até agora é pequeno demais para o MEC gastá-lo com mais um programa que não vai mudar a realidade da educação básica pública brasileira. Certamente o programa de escolas cívico-militares e esse mais recente, o Educação em Prática, é puro diversionismo, para dizer o mínimo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Saneamento não avança, enquanto internet cresce

Rede ganhou 9 milhões de usuários, que acessam com celular, tablet e TV

O Brasil não avançou na oferta de serviços básicos à população, como educação, proteção social, moradia e saneamento básico em 2018. O cenário é uma das constatações da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais. O cenário de estagnação contrasta com o avanço do número de brasileiros com acesso à internet. Em um ano, o país ganhou 9 milhões de usuários.

Segundo a pesquisa, a expansão se deu por meio do acesso a partir de outros equipamentos eletrônicos, como tablet, celular e televisão. A despeito da melhora, a possibilidade de conexão é desigual. Enquanto 80% dos brasileiros afirmaram ter algum tipo de internet em casa, o número é de 65,9% entre aqueles que estão abaixo da linha da pobreza.

Além da desigualdade de acesso à internet, 27,6% dos brasileiros possuíam restrição de acesso à educação, 3,1% à proteção social(programas sociais e aposentadorias),12,8% às condições de moradia e 37,2% aos serviços de saneamento básico. De acordo com o IBGE, sei sem cada dez brasileiros viviam com alguma limitação desses atendimentos.

A pesquisa explica que esses índices auxiliam a entender a pobreza de forma mais ampla, pois engloba níveis de educação, alimentação e saúde abaixo dos padrões e direitos estabelecidos, falta de acesso a serviços básicos, ambiente pouco saudável, dentre outros aspectos que compõem a pobreza em suas dimensões. Cerca de 22 milhões de pessoas (10,6% da população) eram atingidos pela pobreza dimensional, com a falta de ao menos três serviços básicos.

Cerca de 23,3% da população da Região Norte e 19,2% da população do Nordeste possuíam ao menos três das cinco restrições, percentuais superiores ao observado no Centro-Oeste (8,4%), Sul (7,4%) e Sudeste (4%).

Além das disparidades regionais, alguns grupos populacionais também são mais afetados que outros na análise de restrições. Homens e mulheres pretos ou pardos têm restrições em maior proporção comparados a brancos.

No caso do saneamento básico, a distância é significativa. O percentual da população

que se declara preta ou parda com restrição ao serviço era de 44,5%, ante 27,9% de brancos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO

Ricardo Braga é exonerado da pasta da Cultura

Depois de um período de apenas dois meses, quando assumiu o lugar de Henrique Pires, economista deixa a secretaria, vinculada ao Ministério da Cidadania, para assumir cargo no Ministério da Educação; filho do pastor R.R. Soares é cotado

Há apenas dois meses à frente da secretaria especial de Cultura, Ricardo Braga foi exonerado do cargo e realocado para comandar a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação (MEC), conforme havia antecipado O GLOBO. A decisão foi publicada no Diário Oficial.

O novo secretário da pasta, vinculada ao Ministério da Cidadania, ainda não foi definido pelo Governo. Braga estava na Cultura desde setembro e foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para o cargo após a demissão de Henrique Pires, que entrou em choque com o presidente e o ministro da Cidadania, Osmar Terra, ao acusar o governo de censura pela suspensão de um edital para a TV pública com linhas dedicadas a temas de diversidade de gênero.

Economista com uma longa carreira no mercado financeiro, Braga já foi superintendente de operações do Banco Votorantim e atuou como diretor de investimentos do Andbank Brasil.

DEPUTADO DO DEM-RJ

Filho do missionário R.R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça, o deputado federal Marcos Soares (DEM-RJ) é o mais cotado para assumir a Secretaria Especial da Cultura, do Ministério da Cidadania. Outros nomes, no entanto, ainda são avaliados. A publicação no Diário Oficial da União (DOU) ainda não tem data.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Quase um quarto dos jovens não estuda nem trabalha

Baixa qualificação dificulta ingresso no mercado de trabalho. Metade da população adulta não completou o ensino médio

Quase metade da população adulta no Brasil (49%) não concluiu o ensino médio e 23% dos jovens de 15 a 29 anos não estuda nem trabalha. Os números, divulgados ontem pelo IBGE na Síntese dos Indicadores Sociais, mostram o tamanho do desafio do Brasil para equiparar seus indicadores de educação com o dos países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a pesquisa, na média da OCDE, apenas 17% dos adultos de 25 a 64 anos não têm o ensino médio. E só 13,2% dos jovens são os chamados “nem-nem”.

— O impacto de um jovem que não estuda nem trabalha é enorme. O primeiro risco é a exposição às questões de violência. Além disso, há um custo social, uma vez que ele deveria estar contribuindo para o desenvolvimento econômico e social país. É o pior dos cenários— afirma Mozart Neves, diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna.

A relação entre escolaridade e espaço no mercado de trabalho é direta, quanto menos

estudo, menor a chance de conseguir colocação profissional, diz Lena Lavinas, economista e membro da escola de Ciência Social do Instituto de Estudos Avançados de Princeton:

— Quem só tem o ensino médio já tem muita dificuldade de ser contratado. Com o panorama de desemprego que o Brasil enfrenta hoje, gente mais qualificada acaba ocupando posições que exigem menos capacitação. Sem a educação básica completa, o desafio é ainda maior.

Esse é o efeito percebido pela carioca Fernanda Dias, de 28 anos. Após repetir o primeiro ano do ensino médio, na época, com 16 anos, ela começou a trabalhar para ajudar em casa. A vontade de retomar os estudos, anos depois, foi interrompida pela gravidez.

— Quando você começa a receber um salário, voltar para a escola deixa de ser atrativo. Depois não consegue mais conciliar casa, família e estudos. Antes o salário dava pra viver. Hoje seria difícil contar só com o mínimo, mas não acho que conseguiria algo melhor — diz Fernanda.

A pesquisa do IBGE mostra que, em dois anos, aumentou em 510 mil os jovens da população de menor renda no grupo dos “nem-nem”.

Segundo o estudo, a evasão está relacionada ao atraso escolar. A incidência de estudantes que não frequentam a série em idade prevista atinge o maior patamar entre jovens de 15 a 17 anos: 23%. Já o índice de abandono escolar é mais alto na faixa de 18 a 24 anos, quando chega a 63,8%. Para Mozart Neves, a reversão do quadro depende de políticas que ampliem o atendimento escolar em tempo e qualidade, com educação em horário integral.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

**Oferecer atividade para ensino básico pode melhorar nota de faculdade
Para Priscila Cruz, do Todos Pela Educação, bonificação do Educação em Prática
pode levar a entendimento distorcido sobre a qualidade de ensino ofertado nas
instituições**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que universidades “ruins” não poderão usar o programa Educação em Prática, lançado ontem, como “atalho” para melhorar suas notas e maquiagem avaliações de desempenho. O MEC, no entanto, ainda não definiu a nota de corte para a instituição aderir ao programa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/07/oferecer-atividade-para-ensino-basico-pode-melhorar-nota-de-faculdade.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

**Novos horizontes para a educação
PEC abre caminhos para colocar o debate educacional dentro dos limites do
razoável**

A PEC do pacto federativo abre espaço para repensar o futuro da educação. Pela primeira vez, questões vitais para a educação têm origem no Ministério da Economia, o que por si só já representa um grande avanço. Muita água ainda vai rolar, mas importa

destacar os pontos em que a PEC abre novos horizontes para o financiamento e a gestão da educação e, sobretudo, para colocar o debate educacional dentro dos limites do razoável.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/opinia/coluna/novos-horizontes-para-a-educacao.ghtml>

topo ↕

A CRÍTICA - AM - BEM VIVER

Bolsa na Alemanha

Alunos que cursam doutorado e ou contam com bolsas concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** ou Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas podem realizar intercâmbio científico na Alemanha. Os interessados têm até o dia 2 de dezembro para fazer a inscrição e participar do programa do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, que concede auxílio para estadas de pesquisa para estudantes de doutorado com bolsa no Brasil.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Sistema de Avaliação da Educação Superior

As universidades aparecem, então, como alternativa. Não há previsão de repasse de recursos públicos às instituições. A intenção é que a colaboração com as escolas conte pontos para as instituições privadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é formado pela avaliação da instituição de ensino, avaliação dos cursos e pela avaliação do desempenho dos estudantes.

O Sinaes prevê ainda que a avaliação considere as contribuições das instituições de ensino superior à sociedade. Segundo Macedo, a política não servirá para “inflar a nota das universidades. A nota só vai ser adicionada se ela estiver acima da nota mínima de qualidade. Se não tiver, não terá adicional”, afirmou.

O secretário ressaltou que os critérios para definir a qualidade mínima ainda serão definidos. Para o Educação em Prática começar a ser executado, os secretários de educação estaduais e municipais, que são os responsáveis pelas redes públicas de ensino, deverão elaborar uma matriz curricular que será executada pelas instituições de ensino superior. Também será definida uma avaliação para medir o impacto dessas atividades no aprendizado dos estudantes.

O ministro Weintraub afirmou que pretende colocar o programa de pé já no próximo ano. Além das instituições particulares, de acordo com o MEC, as instituições públicas também serão convidadas a participar do programa. Ao todo, 2.152 instituições privadas de ensino superior, 296 universidades públicas, 38 institutos federais e dois Centros de Educação Tecnológica poderão aderir ao programa.

Ensino integral

O MEC anunciou também que irá ampliar o ensino integral para mais 500 escolas em 2020. Para isso, está previsto um orçamento de R\$ 80 milhões. A expectativa é que 40 milhões de estudantes sejam beneficiados. A pasta também destinará aproximadamente R\$ 1 bilhão, proveniente de acordo de empréstimo com o Banco Mundial, para a implementação do novo ensino médio. Foi autorizada a criação da Unidade de Gestão de Projetos, para apoiar os estados, que são os entes federados responsáveis pela

implementação. Entre as medidas, está prevista assistência técnica aos estados e apoio a escolas localizadas em regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Atividades a alunos do fundamental

AGÊNCIA BRASIL

Instituições de ensino superior poderão oferecer atividades para estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. A iniciativa faz parte do programa Educação em Prática, lançado nesta quarta (6) pelo Ministério da Educação (MEC). As universidades e faculdades que abrirem as portas para os estudantes poderão receber bônus na avaliação institucional.

“O objetivo é trazer o jovem para dentro da faculdade”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Aproveitar a capacidade ociosa [das faculdades] que se vê em alguns turnos e complementar a formação desse jovem do ensino médio e fundamental II [do 6º ao 9º ano do ensino fundamental].” Pelo programa, as instituições de ensino superior disponibilizaram aos estudantes das redes de ensino públicas municipais e estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, tanto a estrutura física - laboratórios de ciências, de robótica, sala de computadores, quadras de esportes, por exemplo -, quanto os professores.

Estudantes de pedagogia e de licenciaturas dessas instituições poderão usar a oportunidade para estagiar. “Temos várias escolas do país que não têm laboratório de qualidade, que não têm quadra de esportes”, diz o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo. “E não temos recursos em quantidade suficiente para fazê-lo”. Novo ensino médio A iniciativa pretende ajudar a viabilizar o novo ensino médio, aprovado em lei em 2017.

No novo ensino médio, os estudantes de todo o país terão, em parte do currículo, uma formação semelhante, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No tempo restante, os estudantes poderão aprofundar os estudos em itinerários nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ensino técnico. Para colocar em prática as atividades, a lei prevê a ampliação do tempo integral, ou seja, da jornada escolar de 7 horas diárias. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Educação (MEC), cerca de 6 milhões dos 7,7 milhões de estudantes do ensino médio no país ainda não são beneficiados pela extensão da jornada.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA

No PI, 90,8% dos jovens estão na escola

POLÍTICA

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) Contínua, observou-se crescimento do acesso à educação infantil. Em 3 anos, as taxas de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 30,4% e 90,2%, em 2016, para 34,2% e 92,4%, respectivamente, em 2018.

A taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade estava próxima da universalização. Por sua vez, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola foi de 88,2% em 2018, valor ainda insuficiente para o cumprimento da meta 3 do Plano Nacional da Educação (PNE), que prevê a universalização da frequência à escola dessa faixa etária até 2024.

A permanência dessa situação impossibilita a efetivação do direito de acesso à educação básica obrigatória para 11,8% dos jovens dessa faixa etária, representando um total de 1,2 milhões de pessoas. Além disso, esse contingente fora da escola passa a não fazer parte das estatísticas que medem a qualidade da educação por meio das avaliações nacionais da aprendizagem coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O percentual de pessoas de 15 a 17 anos de idade que não frequentava escola variou de 7,8% em Santa Catarina a 17,4% no Acre.

O Piauí é o quarto estado do Brasil com os maiores índices de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola, que é de 90,8%. 9,2% dos jovens nessa faixa etária não frequentam a escola. O Piauí perde apenas para Santa Catarina, Tocantins e Rio de Janeiro, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O senador Marcelo Castro (MDB) criticou duramente a proposta do governo de fundir municípios com menos de 5 mil habitantes e com arrecadação própria menor que 10% de sua receita total. A medida faz parte do Pacto Federativo, entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Congresso Nacional. “Eu entendo, como o parlamentar do Piauí que mais criou municípios no estado, que todas as leis que temos na Assembleia são da minha lavra, que é uma proposta descabida, estapafúrdia, inoportuna e própria de quem não tem vivência da realidade nacional”, afirmou.

O senador acredita ainda que a medida, que afetaria mais de 1.250 municípios no Brasil, enfrentará resistência no Parlamento. “A chance disso passar no Congresso é abaixo de zero. Não há a menor possibilidade de uma proposta ilógica e irreal dessa passar”, avaliou.

PLANO - Além da Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo, que muda a distribuição de recursos entre União, estados e municípios, foram apresentadas outras duas PECs. São elas a emergencial, que pretende reduzir gastos obrigatórios, e a que revisa fundos públicos.

O conjunto de medidas propostas ao Congresso faz parte do Plano Mais Brasil que busca, entre outros, aspectos, reduzir a estrutura do Estado, descentralizar recursos da União e dar mais autonomia a estados e municípios.

topo 

G1 - TEMPO REAL

UEA e Hemoam selecionam para mestrado em Hematologia e Hemoterapia

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA), junto à Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam) abre, a partir do dia 11 de novembro, inscrições para o Mestrado em Ciências Aplicadas à Hematologia - PPGH. O Edital nº 105/2019 oferece 12 vagas nas linhas de pesquisa da hematologia e da hemoterapia.

As inscrições serão presenciais e se estendem até o dia 28 (quinta-feira) de novembro, na sede do Hemoam, localizado na avenida Constantino Nery, nº 4397, Chapada, Zona Centro-Sul. As inscrições devem ser realizadas em dias úteis, das 9h às 12h e das 14h às 16h, na Secretária de Pós-Graduação do Mestrado em Ciências Aplicadas à

Hematologia, localizada no Bloco A, 2º andar.

A seleção para o mestrado será realizada em três etapas: prova escrita, avaliação de pré-projeto e avaliação curricular. O resultado final do certame deve ser divulgado até o dia 20 de dezembro. O edital nº 105/2019 pode ser consultado na íntegra pelo site.

O Mestrado em Ciência Aplicada à Hematologia (PPGH) é fruto de um convênio entre UEA e Hemoam, sendo o primeiro do norte do país oferecido por duas instituições públicas e credenciado desde 2012 pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, com duas linhas de estudo na área de concentração de hematologia: hematologia e hemoterapia.

topo ↕

PIAÚ NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC lança Prêmio Capes Talento Universitário para valorizar estudantes de graduação

Já imaginou ganhar R\$ 5 mil? Se você iniciou um curso de graduação no Brasil em 2019, esta é a sua chance. O Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. O projeto tem por objetivo reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais.

De iniciativa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, a premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem modalidades presencial ou a distância.

Para se inscrever, o estudante deve ser brasileiro e ter iniciado a graduação em 2019. Também precisa ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

Inscrição – Para se inscrever, o interessado deve acessar o portal do Prêmio. Na página, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova. As informações também vão auxiliar na preparação logística da prova.

O interessado não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

Prova – Para testar o nível de conhecimento dos participantes e selecionar os de melhor desempenho, uma prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da Capes

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Análise : Novo programa do MEC pode mascarar ineficiências no ensino superior Especialista vê risco em proposta do governo federal de aumentar nota para faculdade privada que ceder espaço no ensino básico

Não é de hoje que as universidades privadas têm um dos lobbys mais poderosos em Brasília. Pois bem, elas conseguiram uma espécie de meia-entrada que as beneficia e encobre suas ineficiências.

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quarta-feira, 6, o Programa Educação em Prática, pelo qual as universidades podem ofertar seus espaços ociosos (que são abundantes, uma vez que crescem os cursos noturnos e de educação à distância) para uso de escolas da educação básica. Dessa forma, equipamentos, salas e espaços podem beneficiar alunos de escolas públicas. Até ai, tudo bem, desde que garantidos patamares de qualidade dessa oferta.

Estadao na Escola

Mas nada é de graça; há uma troca de favores. O MEC construiu com as universidades algo muito interessante para elas: como retribuição por essa ajuda, elas receberão um bônus na nota do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Essa é a avaliação de universidades. Receber nota adicional terá repercussão econômica para elas e outra mais grave: encobrir a ineficiência e falta de qualidade dessas instituições com bônus regulatório.

É o uso público para interesses privados. Isso será possível porque no Sinaes já há essa brecha, com a possibilidade de acréscimo de nota pelo quesito “Responsabilidade Social”. Pois bem, o governo federal acaba de transformar essa brecha em avenida.

O ensino superior tem a responsabilidade de ajudar, sim, a educação básica, com produção de conhecimentos que podem ser colocados em prática para a melhoria do ensino, fundamentalmente e mais importante, formando melhor os futuros professores nos seus cursos de Pedagogia e licenciaturas. Abrir seus espaços para alunos da educação básica também pode ser um apoio possível, mas sem que isso infle sua avaliação e faça de sua nota no Sinaes algo pouco revelador da qualidade real de sua oferta como Ensino Superior.

O tempo de gestão até agora é pequeno demais para o MEC gastá-lo com mais um programa que não vai mudar a realidade da educação básica pública brasileira. Certamente o programa de escolas cívico militares e esse mais recente, o Educação em Prática, é puro diversionismo, para dizer o mínimo.

* É presidente executiva do Todos pela Educação

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Mais de um terço dos candidatos inscritos no Enem são de localidades sem salas de cinema

Educadores debatem se esses candidatos estariam ou não mais aptos a discorrer sobre o tema da redação, democratização do acesso ao cinema no Brasil

BRASÍLIA — Muita gente, dentro e fora das salas de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), se surpreendeu com o tema de redação escolhido pelo Ministério da Educação (MEC) para a primeira prova da gestão do presidente Jair Bolsonaro, aplicada no último domingo.

O tema "Democratização do acesso ao cinema no Brasil" pode não ser realidade, no entanto, para boa parte dos estudantes inscritos no exame, que é a principal porta de entrada para o ensino superior do país.

Levantamento do GLOBO mostra que 1,67 milhão de candidatos entre os pouco mais de 5 milhões de inscritos (quase 33%) são de lugares onde não há salas de cinema.

O fato de boa parte dos candidatos terem escrito sobre uma questão que permeia a própria realidade pode ser visto sob diversas perspectivas, de acordo com professores de redação.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MEC propõe elevar nota de universidade que abrir espaço ao ensino médio Grupo Todos pela Educação critica a ideia, alegando que pontuação inflada pode mascarar ineficiências

O Ministério da Educação lançou hoje o programa Educação em Prática, para estimular as universidades a oferecer atividades a alunos do ensino fundamental e médio de todo o país.

A ideia é que, em troca de oferecer a sua estrutura e disponibilizar professores, a universidade ganhe pontos no Sinaes, o sistema de avaliação do ensino superior do MEC. Tanto universidades públicas quanto privadas poderão participar.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez questão de afirmar que “universidades ruins” não serão beneficiadas com o bônus. Para aderir ao programa, a instituição terá de ter nota acima da nota mínima de qualidade.

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, o programa é uma alternativa do governo para ampliar o acesso de estudantes ao ensino em tempo integral. Ele destacou que, hoje, para que todas as escolas de ensino médio pudessem oferecer atividades em tempo integral, seria necessário um investimento de R\$ 12 bilhões ao ano.

Durante a apresentação do programa, o MEC anunciou um investimento de R\$ 80 milhões em escolas de tempo integral, que geram 40 mil novas vagas em 500 unidades.

Crítica

Para a presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, o programa Educação em Prática pode levar a um entendimento equivocado, por parte da população, sobre a qualidade de ensino ofertado pelas instituições. Ela argumenta que mesmo a universidade com uma nota média terá sua pontuação artificialmente elevada, o que na sua visão é uma forma de enviar comunicação errada. “A pontuação inflada não é reveladora da qualidade e pode mascarar ineficiências”.

Priscila reconhece que existe de fato demanda dos Estados para que o MEC abra

caminhos para a implementação do novo ensino médio — e ela não vê mal nisso. Mas considera a bonificação extra no Sinaes um “marketing equivocado” para as universidades. “Há um desafio grande apresentado para os Estados e começaram a trabalhar como propostas para ajudar a construção de pontes entre universidade públicas e privadas, a fim de aproveitar tempo e espaços. Até aí tudo bem. Mas elas vão receber um bônus regulatório em forma de pontuação que nada tem a ver com avaliação de qualidade”, critica Priscila.

Ela observa que muitas instituições privadas estão com instalações sem aproveitamento num cenário, segundo ela, de piora do ensino que se reflete no aumento de disciplinas de EAD (ensino a distância). “Há universidades privadas com ociosidades gigantescas durante o dia por conta da concentração de alunos no turno da noite. Como capitalizam isso? Fazendo esse tipo parceria”, diz Priscila.

“Nossa crítica tem mais a ver com o equívoco que isso vai gerar quanto ao entendimento do que é ensino de qualidade. O argumento é que o aluno deve fazer sua escolha, mas o mesmo programa que avalia vai inflar a nota. Isso é um terreno de desregulamentação, de abertura de possibilidades de lucro sem ofertar qualidade.”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo lança programa para estimular universidades a colaborarem com a educação básica

MEC quer que, além de disponibilizar conteúdos e professores, as faculdades abram espaços para alunos do 6º ao 9º ano, e que os alunos de cursos de pedagogia e licenciatura dessas instituições supervisionem as atividades.

O Ministério da Educação lançou nesta quarta-feira (6), um programa para melhorar a formação dos alunos do fundamental dois e do ensino médio das escolas públicas.

A ideia do governo é aproveitar espaços de faculdades particulares e públicas que ficam ociosos em alguns períodos, como laboratórios de ciências, física, robótica; sala de computadores, de música e quadras de esportes.

O Ministério da Educação quer que, além de disponibilizar conteúdos e professores, as faculdades abram esses espaços para alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental e do ensino médio da rede pública. E que os alunos de cursos de Pedagogia e licenciatura dessas instituições supervisionem as atividades.

Em troca, o Ministério da Educação disse que as faculdades poderão ter um bônus na nota do Sinaes, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Seria um estímulo para que universidades participem do projeto e colaborem com a educação básica.

“É um programa que tem uma relação custo-benefício gigantesco, uma relação gigantesca, é muito positiva, traz todos os atores, a sociedade mais próxima, unifica o Brasil e vai gerar ganhos que eu acho que serão expressivos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Educação carcerária na Região Norte é tema de seminário da UEPA
Com o tema "A quem interessa a Educação da População Encarcerada?",
seminário será nesta quinta-feira (7) e sexta (8), a partir das 8 h.**

Por G1 PA — Belém

A educação carcerária é tema de seminário promovido pela Universidade do Estado do Pará (Uepa) promove nesta quinta-feira (7) e sexta (8), a partir das 8 h. O I Seminário Regional sobre a Educação Carcerária na Região Norte: Educação e Sociedade é organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária (GEPGTEC).

Com o tema "A quem interessa a Educação da População Encarcerada?", o evento tem o objetivo de discutir a realidade da educação carcerária no Pará, promovendo o diálogo sobre práticas pedagógicas no âmbito da formação educacional e políticas públicas e mercado profissional, tendo como protagonistas os professores que atuam com os internos do Sistema Penitenciário.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Pará ainda apresenta índices educacionais preocupantes, incluindo a educação no cárcere. Porém, a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe) registrou, em 2016, que entre os 14.876 detentos custodiados na época, mais de 3 mil participavam de alguma atividade educacional, seja da educação formal, atividades complementares ou cursos profissionalizantes. "Queremos mostrar que apesar de todos os senões, temos professores e professoras aguerridos e que têm feito o diferencial no chão da escola", ressaltou a coordenadora do GEPTEC e organizadora do evento, professora Maria Auxiliadora Maués.

A programação contará com mesas e painéis, que abordarão o projeto político pedagógico da educação carcerária no contexto paraense. Especialistas convidados discutirão o currículo da escola no cárcere para apresentar propostas aos órgãos públicos envolvidos no processo educacional regional, com vistas a contribuir com a melhoria do panorama nacional.

Serviço

I Seminário Regional sobre a Educação Carcerária na Região Norte: Educação e Sociedade, nos dias 7 e 8 de novembro (quinta e sexta-feira), a partir das 8 h, no auditório do Campus III/Educação Física, em Belém.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Renegociação atrai 2% dos estudantes em dívida com o Fies e deve recuperar 14% dos R\$ 2,5 bilhões atrasados

Brasil tinha 547 mil contratos inadimplentes concedidos até o segundo semestre de 2017. Valor que deve ser pago após os acordos será de R\$ 354 milhões.

Apenas 2% dos estudantes em dívida com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) fecharam acordos para parcelar os pagamentos em atraso. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o governo federal conseguiu renegociar um total de R\$ 354 milhões, ou 14% das dívidas acumuladas.

Ao todo, 567 mil ex-alunos atendiam aos requisitos para aderir ao programa de renegociação anunciado no ano passado. Eles financiaram R\$ 12 bilhões por meio do Fies, sendo que R\$ 2,5 bilhões já venceram e ainda não foram pagos.

Para renegociar a dívida era preciso estar, até o segundo semestre de 2017, na fase de amortização da dívida e ter atraso de pelo menos 90 dias no pagamento.

De acordo com o MEC, apenas 11,5 mil concluíram a renegociação, que exigia o cumprimento da contrapartida de depositar o valor da entrada até 10 de outubro, fim do prazo de adesão.

Superguia do Fies e financiamentos universitários: veja simulações, tire dúvidas e avalie riscos antes da dívida

Pelas regras do programa, a entrada equivale ou a 10% do saldo da dívida ou R\$ 1 mil, o valor que for mais alto. Os estudantes que fizeram o pagamento poderão ter sua dívida parcelada em valor mensais de pelo menos R\$ 200.

O governo não informou quantos estudantes inadimplentes buscaram os bancos financiadores (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) para renegociar a dívida, mas não chegaram a pagar a entrada até 10 de outubro.

Financiamento em queda

O Fies chegou a ser, em 2014, a principal forma de calouros em cursos de graduação de instituições privadas financiarem sua faculdade. Mas as novas restrições impostas pelo governo federal fizeram com que a porcentagem de ingressantes com contrato do Fies caísse de 21,3% naquele ano para 5,7% em 2017.

O Fies existe desde 2001, mas foi só em 2010, quando o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a operar o fundo, que ele cresceu exponencialmente. Além da Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil também passou a atuar como agente financeiro do Fies, e a taxa de juros, que chegava a 6,5% ao ano, para estudantes de alguns cursos, foi reduzida a 3,4% ao ano para todos os cursos. Além disso, não havia um período limite de inscrições ou um número limite de vagas oferecidas por semestre.

O resultado foi um aumento de quase dez vezes no número de novos contratos em cinco anos, de cerca de 76,2 mil para aproximadamente 730 mil, segundo dados do FNDE.

O freio da expansão do Fies começou em julho de 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, com restrição da oferta de vagas, reajuste na taxa de juros e novas exigências para os candidatos, inclusive com maior limitação do teto de renda familiar.

Em 2017, a gestão de Michel Temer editou uma medida provisória para alterar mais uma vez as regras do programa, que passou a ser chamado de Novo Fies.

Com as mudanças, o programa passou a ter três modalidades diferentes, sendo que uma delas teria taxa de juros zero e seria destinada apenas a estudantes de baixa renda, enquanto outra teria juros de cerca de 3%, e uma terceira, chamada de P-Fies, seria gerida diretamente por bancos privados. Nos semestres seguintes, o número de novos contratos caiu.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Bolsonaro avalia filho do pastor R. R. Soares para a Secretaria de Cultura
Outro nome pensado para o cargo teria relação conturbada com Osmar Terra,
ministro responsável pela pasta, que estaria apoiando a nomeação de Marcos
Soares**

Brasília — O presidente Jair Bolsonaro avalia o nome do ex-deputado federal Marcos Soares (DEM-RJ), filho do pastor R. R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, para assumir a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania. “É um dos nomes que estão sob escrutínio do presidente da República”, disse o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros.

Além de Marcos, o atual diretor do Centro de Artes Cênicas (Ceacen) da Funarte, Roberto Alvim, é cotado ao cargo. Alvim, no entanto, tem relação conturbada com o ministro da Cidadania, Osmar Terra (MDB), pasta à qual a Secretaria Especial de Cultura é vinculada. Segundo fontes do governo, Terra trabalha para emplacar Soares no cargo.

Bolsonaro terá reunião quinta à tarde com R. R. Soares, no Palácio do Planalto. A Secretaria de Cultura ficou desocupada nesta quarta com a saída do economista Ricardo Braga. Após dois meses na função, ele assumirá Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC), órgão estratégico ao governo por aprovar o credenciamento de novas faculdades e a abertura de cursos na rede particular de ensino.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Universidades poderão oferecer atividades a estudantes do fundamental

Instituições de ensino superior poderão oferecer atividades para estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. A iniciativa faz parte do programa Educação em Prática, lançado hoje (6) pelo Ministério da Educação (MEC). As universidades e faculdades que abrirem as portas para os estudantes poderão receber bônus na avaliação institucional.

“O objetivo é trazer o jovem para dentro da faculdade”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Aproveitar a capacidade ociosa [das faculdades] que se vê em alguns turnos e complementar a formação desse jovem do ensino médio e fundamental II [do 6º ao 9º ano do ensino fundamental].”

Pelo programa, as instituições de ensino superior disponibilizaram aos estudantes das redes de ensino públicas municipais e estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio, tanto a estrutura física – laboratórios de ciências, de robótica, sala de computadores, quadras de esportes, por exemplo -, quanto os professores. Estudantes de pedagogia e de licenciaturas dessas instituições poderão usar a oportunidade para estagiar.

“Temos várias escolas do país que não têm laboratório de qualidade, que não têm quadra de esportes”, diz o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo. “E não temos recursos em quantidade suficiente para fazê-lo”.

Novo ensino médio

A iniciativa pretende ajudar a viabilizar o novo ensino médio, aprovado em lei em 2017. No novo ensino médio, os estudantes de todo o país terão, em parte do currículo, uma formação semelhante, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No tempo restante, os estudantes poderão aprofundar os estudos em itinerários nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ensino técnico.

Para colocar em prática as atividades, a lei prevê a ampliação do tempo integral, ou seja, da jornada escolar de 7 horas diárias. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Educação (MEC), cerca de 6 milhões dos 7,7 milhões de estudantes do ensino médio no país ainda não são beneficiados pela extensão da jornada.

Avaliação

As universidades aparecem, então, como alternativa. Não há previsão de repasse de recursos públicos às instituições. A intenção é que a colaboração com as escolas conte pontos para as instituições privadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é formado pela avaliação da instituição de ensino, avaliação dos cursos e pela avaliação do desempenho dos estudantes. O Sinaes prevê ainda que a avaliação considere as contribuições das instituições de ensino superior à sociedade.

Segundo Macedo, a política não servirá para “inflar a nota das universidades. A nota só vai ser adicionada se ela estiver acima da nota mínima de qualidade. Se não tiver, não terá adicional”, afirmou. O secretário ressaltou que os critérios para definir a qualidade mínima ainda serão definidos.

Para o Educação em Prática começar a ser executado, os secretários de educação estaduais e municipais, que são os responsáveis pelas redes públicas de ensino, deverão elaborar uma matriz curricular que será executada pelas instituições de ensino superior. Também será definida uma avaliação para medir o impacto dessas atividades no aprendizado dos estudantes. O ministro Weintraub afirmou que pretende colocar o programa de pé já no próximo ano.

Além das instituições particulares, de acordo com o MEC, as instituições públicas também serão convidadas a participar do programa. Ao todo, 2.152 instituições privadas de ensino superior, 296 universidades públicas, 38 institutos federais e dois Centros de Educação Tecnológica poderão aderir ao programa.

Ensino integral

O MEC anunciou também que irá ampliar o ensino integral para mais 500 escolas em 2020. Para isso, está previsto um orçamento de R\$ 80 milhões. A expectativa é que 40 milhões de estudantes sejam beneficiados.

A pasta também destinará aproximadamente R\$ 1 bilhão, proveniente de acordo de empréstimo com o Banco Mundial, para a implementação do novo ensino médio. Foi autorizada a criação da Unidade de Gestão de Projetos, para apoiar os estados, que são os entes federados responsáveis pela implementação. Entre as medidas, está prevista assistência técnica aos estados e apoio a escolas localizadas em regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Faculdade ruim não vai ceder espaço como atalho para melhorar nota, diz ministro da Educação

Programa do MEC prevê que faculdades privadas cedam de espaços ociosos para escolas públicas e ganham bônus em nota

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou nesta quarta-feira, 6, que "faculdade ruim" não vai usar o programa Educação em Prática como "atalho para melhorar nota". A nova ação lançada pela pasta prevê que faculdades particulares

ofereçam seus espaços ociosos para que escolas públicas estendam a jornada de alunos. Em troca, as instituições ganham bônus na avaliação feita pelo governo federal. O critério sobre quem vai poder ter acesso ao bônus, no entanto, ainda não está definido.

Hoje, a avaliação de faculdades privadas feita pelo Ministério da Educação (MEC) é a principal maneira de o governo e a sociedade verificarem a qualidade dos cursos e é um importante componente de publicidade no mercado do ensino particular. "Faculdade ruim que achar que o programa pode ser atalho para melhorar nota... Não vai funcionar. Faculdade boa, bem avaliada, vai receber bonificação. Mas não vai servir de atalho para instituição ruim se beneficiar ou inflar nota", defendeu Weintraub.

Embora afirmem que só instituições com notas boas receberão o bônus, o ministro e a equipe disseram que o critério ainda não foi definido. "Isso ainda vai ser construído. Vai depender do curso, que atividade desenvolve, da localidade em que a instituição está inserida, para que dizer o que é uma nota ruim", afirmou Alexandre Lopes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao MEC.

Segundo o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, usar a participação das instituições de ensino para compor a nota já é permitido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). "Não é novidade, já tem instituições que fazem isso. O que nós queremos é estimular."

O projeto abre essa opção para atender à flexibilização do ensino médio, reforma da etapa que vem sendo implementada desde 2017. O novo formato prevê currículo flexível, com a possibilidade de que os jovens escolham áreas para aprofundamento de estudos ou formação profissional.

Também estão previstas parcerias para turmas dos anos finais do fundamental (6º ao 9º anos). O objetivo é permitir que faculdades privadas ofereçam seus espaços, como laboratórios, quadras esportivas, salas de computação, para os "itinerários formativos".

A adesão das instituições será voluntária e ainda depende da elaboração de um plano de trabalho entre representantes do setor privado, MEC e das entidades que representam os secretários de educação dos estados (Consed) e municípios (Undime). Conforme o MEC, as instituições podem aproveitar a parceria para colocar alunos de Licenciatura e Pedagogia para desenvolver atividades com os estudantes do ensino médio, em uma espécie de estágio supervisionado.

O Estado apurou que o plano atende a sugestões de representantes do setor de ensino superior privado, que exercem forte influência sobre o ministro. Ao apresentar o programa, Weintraub disse que a ideia surgiu de "conversa com um amigo". A medida, de acordo com Macedo, é ampliar o número de escolas que oferecem período integral. Segundo ele, atualmente 23% das escolas de ensino médio são atendidas por programas de ampliação de jornada, com um custo anual de R\$ 2 mil por aluno. "Para atender a todos, precisaríamos de R\$ 12 bilhões. Nem mesmo em condições fiscais favoráveis seria possível."

Diversos representantes de entidades do setor privado de ensino participaram do evento. Diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

(Abmes), Sólton Caldas avaliou como "muito positiva" a parceria entre universidade privadas e escolas públicas. "É muito importante essa integração, para a melhoria da qualidade da educação básica, além de oportunizar o aluno ter experiências acadêmicas no ambiente universitário", disse. "O bônus não faz muita diferença para as instituições de ensino superior, mas o caráter social e a inclusão desses alunos no ambiente universitário."

Apesar de o ministro dizer que universidades federais "podem e devem" aderir ao programa, nenhum representante da Andifes (associação que representa os reitores das federais) esteve no local. Questionado se as federais teriam condições de atender mais alunos em seus espaços com o mesmo orçamento, que hoje os reitores dizem ser pouco para manter suas atividades, o ministro disse que não falta dinheiro para as instituições.

Governo promete mais verba para ensino em tempo integral

O programa de tempo integral para o ensino médio que existia até agora, o Ensino Médio em Tempo Integral, não teve nenhuma transferência de recurso neste ano para 1.027 escolas participantes. O MEC informou no evento que vai liberar R\$ 118 milhões para elas até o fim de 2019. A pasta também informou que para o ano que vem vai destinar mais R\$ 80 milhões para ampliar o atendimento a 500 novas escolas. O Plano Nacional de Educação prevê que, até 2024, pelo menos metade das escolas públicas ofereçam o tempo integral (jornada igual ou superior a sete horas diárias).

BONDE NEWS - TEMPO REAL

UEL comemora nesta quarta, 50 anos de existência

As universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e Ponta Grossa (UEPG) comemoram nesta quarta-feira, 6 de novembro, 50 anos de existência. O trabalho de professores, estudantes e agentes universitários ajudaram a classificar as três instituições como referência no Brasil e no exterior, em ensino, pesquisa e extensão.

"Essas três universidades tiveram um papel crucial no desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, nestas cinco décadas. São instituições que possuem excelência no ensino, pesquisa e na interação com os diversos municípios por meio da prestação de serviços", destacou o superintendente de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona.

HISTÓRICO – A UEL, UEM e UEPG foram criadas em 6 de novembro de 1969 pela Lei Estadual nº 6.034, sancionada pelo então governador Paulo Pimentel. As instituições nasceram da incorporação de faculdades estaduais que já existiam e que funcionavam isoladamente.

RECONHECIMENTO - Mesmo sendo consideradas instituições jovens, as três universidades são referência na formação de profissionais e desenvolvimento de pesquisas. Além disso, ofertam diversos serviços aos municípios paranaenses, contribuindo para o desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida.

Com cerca de 90% dos professores com títulos de mestre ou doutor, as universidades mantêm um bom desempenho em diversos processos de avaliação, nacionais e internacionais.

Em uma das avaliações mais importantes aplicadas pelo Ministério da Educação, as três universidades ganharam destaque em 19 cursos no ano de 2019. O Exame Nacional de

Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação (ingressantes e concluintes), e é fundamental para elencar quais são as melhores instituições de ensino superior do país.

PÓS-GRADUAÇÃO - Nos cursos de pós-graduação a UEL, UEM e a UEPG também estão entre as melhores. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que avalia os cursos de pós-graduação por meio do Índice Geral de Cursos (IGC), posicionou as três universidades como conceito 4, numa escala que vai no máximo até 5, levando em consideração a qualidade de ensino e a distribuição dos estudantes entre cursos de graduação e pós-graduação.

Elas também estão entre as mais inovadoras do Brasil, segundo o Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF) e entre as melhores da América Latina em critérios de reputação acadêmica, empregabilidade, proporção professor/estudante, qualificação docente, citações por artigo e internacionalização, segundo a consultoria britânica QS World University Rankings.

PESQUISA – A produção acadêmica das três universidades é um dos pilares para que o Paraná esteja classificado entre os estados brasileiros que mais produzem ciência e inovação, colaborando para elevar a produção científica do país. São cerca de 2.600 projetos de pesquisa desenvolvidos por professores e alunos nas universidades, apresentando soluções para demandas estaduais e áreas estratégicas.

O impacto desta produção acadêmica foi evidenciado no último relatório "Research in Brazil", produzido pela equipe de analistas da Clarivate Analytics para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Em 2016 o Paraná ficou classificado na quinta posição brasileira do setor, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

SETOR PRODUTIVO – Outra ação importante desenvolvida pelas universidades estaduais em conjunto com o setor produtivo é a atividade executada pelas Agências e Núcleos de Inovação (NITS).

A parceria permite que professores e estudantes possam atuar como aceleradores do desenvolvimento econômico do Estado, propondo soluções inovadoras para os municípios e empresas. Os NITS foram responsáveis por 117 patentes depositadas nos campos tecnológico e social.

Entre os projetos de destaque, está o analisador de parboilização de arroz com imageamento digital, que produz imagens de grãos de arroz, quando iluminados por luz polarizada. O equipamento, criado pela UEL, é útil para empresas de comercialização de arroz e laboratórios de avaliação de produtos alimentícios.

A UEPG recebeu em abril a patente de um biomaterial que tem a finalidade de reparar ou substituir tecidos, órgãos ou funções do organismo. O biomaterial tem aplicação como material de preenchimento ósseo.

Pesquisadores da UEM desenvolveram um biocurativo com propriedades terapêuticas diferenciadas para o tratamento de queimaduras de primeiro, segundo e terceiro grau. Pela flexibilidade no tamanho pode também ser aplicado em superfícies com feridas de

diversos tamanhos.

PARA A COMUNIDADE – Por meio dos projetos de extensão as universidades se conectam com a população ofertando serviços e ações gratuitas nas áreas de saúde, educação, agricultura familiar, diversidade, inovação, projetos culturais e sociais. As iniciativas contribuem com a melhoria na qualidade de vida das pessoas e com a formação profissional dos estudantes. As três instituições atendem, juntas, 1 milhão e meio de pessoas no Paraná com cerca de 700 projetos.

O Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), financiado pelo Governo do Estado, por meio da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, também está presente na UEL, UEM e UEPG com 42 projetos, que desenvolvem ações de extensão, pesquisa e capacitação tecnológica em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

BOX 1

Hospitais universitários têm papel de destaque nas regiões
Unindo os serviços gratuitos e de qualidade à população e o ensino de excelência na área da saúde, os hospitais universitários da UEL, UEM e da UEPG desempenham um papel de destaque em regiões importantes no Paraná.

Com 123 leitos e atendimento exclusivo pelo SUS, o HU da UEM recebe a população do Noroeste do Paraná, com 115 municípios, onde residem 2 milhões de habitantes. Em 2018, passaram pelo hospital mais de 60 mil pessoas em áreas como pediatria, cirurgia, ortopedia, ginecologia e obstetrícia. Quando ele foi criado, em 1988, Maringá e região não dispunham de um hospital público para atendimento, o que evidencia, inclusive, sua importância histórica.

Na região dos Campos Gerais, o HU da UEPG também faz a diferença, a começar pelo volume de internamentos que, nos últimos cinco anos, aumentou em 440%. Em números significa dizer que a unidade, com nove anos de existência, passou de 2,5 mil para 11 mil internamentos neste período, enquanto que o volume de consultas médicas no ambulatório saltou de 31 mil para 72 mil anuais.

Em Londrina, o hospital universitário da UEL é o mais antigo em atividade entre os quatro pertencentes a universidades estaduais, completando 48 anos de fundação este ano. É também a maior unidade de saúde do Interior do Paraná, atuando 100% com o SUS, com oferta de 300 leitos para internações. A unidade abriga o Centro de Tratamento de Queimados, considerado como referência nacional.

O HU da UEL também é referência em outras áreas como, por exemplo, a de transplante de medula óssea, unidade de isolamento para pacientes portadores de moléstias infectocontagiosas e maternidade para gestantes de alto risco.

Pelo hospital passam pacientes de cerca de 250 municípios paranaenses e de mais de 100 cidades de outros estados. Dados de 2018 revelam a realização de mais de 10 mil cirurgias e de quase 13 mil internações. Somente no Pronto-Socorro foram 25.642 consultas.

BOX 2

Em 50 anos, universidades formaram 200 mil profissionais

Em 50 anos, as três universidades foram responsáveis pela formação de 200 mil profissionais. Hoje mais de 50 mil estudantes estão matriculados nas universidades, distribuídos em 164 cursos de graduação e 194 cursos de mestrado e doutorado.

Para o reitor da UEL, Sérgio Carvalho, a data é um momento importante para a comunidade refletir sobre os próximos 50 anos da Universidade e qual será o perfil no futuro próximo.

Embora a UEL seja muito respeitada, configurando-se como a quarta melhor estadual do Brasil, reconhecida na América Latina e até mundialmente, temos um desafio importante que é projetar a instituição para o futuro", salientou.

O reitor da UEPG, Miguel Sanches Neto, enalteceu as personalidades envolvidas na criação da instituição. "A UEPG surgiu do sonho de uma comunidade e foi ampliado por todos aqueles que chegaram depois e deram materialidade a ele. Hoje, a UEPG é o principal motor de desenvolvimento da região dos Campos Gerais e os seus 50 anos se confundem com a história do Paraná moderno".

"A UEM representa um fortalecimento do Interior do Paraná. A universidade de Maringá sempre esteve comprometida com a região, ofertando oportunidade de formação de qualidade. Hoje, atingimos um patamar de respeito nacional e internacional", destacou o reitor da UEM, Julio César Damasceno.

BOX 3

Assembleia tem sessão solene em comemoração a UEPG

Assembleia Legislativa do Paraná realiza nesta quarta-feira (6), às 18h, sessão solene em comemoração aos 50 anos da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A homenagem é uma iniciativa do deputado estadual Hussein Bakri.

O parlamentar afirma que, ao lado do Parque Estadual de Vila Velha, a UEPG hoje é a cara de Ponta Grossa para o Paraná e para todo o Brasil. "São 50 anos de uma história belíssima, formando profissionais competentes, prestando serviços à comunidade e promovendo inovação em nosso Estado", diz Bakri

"Esta homenagem justa e merecida é simbólica, um momento de reconhecimento público do Poder Legislativo Estadual do que o nosso estado deve à existência das nossas instituições estaduais de ensino superior", destacou o superintendente Aldo Bona.

Redação Bonde com AEN

[topo](#)

CULTURA FM - TEMPO REAL

Molécula é encontrada em fóssil de 110 milhões de anos de réptil voador na Chapada do Araripe, sul do Ceará

Fóssil encontrado pertence a um *Tupandactylus*, um pterossauro voador de aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça. Material genético de dinossauro é encontrado na Chapada do Araripe

Uma molécula biológica responsável pela pigmentação de seres vivos foi encontrada preservada em um fóssil de cerca de 110 milhões de anos na região do Araripe, região sul do Ceará. O fóssil é de um pterossauro, um tipo de réptil voador da “Era dos Dinossauros”.

Outros fósseis da mesma espécie já foram encontrados na Chapada do Araripe, mas, neste caso, a crista do animal foi preservada. A descoberta faz parte de um estudo publicado nesta segunda-feira (4), na revista científica *Scientific Reports*, do grupo *Nature*.

Artur Andrade, pesquisador do Escritório Regional do Departamento Nacional de Produção Mineral, explica que a descoberta faz parte “da continuidade de um trabalho que se vem fazendo em cima de uma placa calcária, que tem uma crista de um *Tupandactylus*”. Segundo o pesquisador, o material já serviu para outras pesquisas do campo: “esse já é o terceiro trabalho desenvolvido nessa placa”.

Os responsáveis pelo estudo são o paleontólogo Felipe Pinheiro, que atua na Universidade Federal de Pampa, no Rio Grande do Sul; Gustavo Prado, pesquisador do Instituto de Geociência da Universidade de São Paulo (USP); e o núcleo cearense, por meio do pesquisador Artur Andrade. Além disso, a equipe é composta, também, por cientistas de outros países, como Japão e Estados Unidos.

O fóssil em questão pertence a um *Tupandactylus*, um pterossauro voador de aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça. Os pesquisadores comemoraram, principalmente, o bom estado de conservação do material: “parece que o pterossauro morreu ontem”, relatou Felipe Pinheiro.

“A melanina é uma das moléculas mais resistentes aos processos de fossilização. Enquanto os outros compostos são degradados com o passar do tempo, esse pigmento resiste de forma mais ou menos intacta”, explica o pesquisador Gustavo Prado, especialista em pigmentos fossilizados.

O estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Corpúsculos esféricos de réptil voador na Chapada do Araripe, sul do Ceará

Chapada do Araripe

Artur Andrade explica que uma associação de fatores contribuíram para que a melanina fosse preservada dentro da crista do pterossauro.

“Isso dá uma importância maior e com certeza os olhos da pesquisa vão ser virados novamente para a bacia sedimentar do Araripe. Assim, a gente vai dar continuidade a ponto de saber quais são as cores realmente existentes nesses animais”, finaliza.

A Chapada do Araripe compõe um território importante para o campo paleontológico nacional. Segundo o pesquisador, a presença de cor também já foi observada em estudos com asas de insetos e em alguns tipos de borboletas realizados na bacia cearense.

“Isso reporta ao patamar significativo da bacia no contexto paleontológico, tendo em vista as condições que favoreceram o processo de fossilização”, pontua.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Capes financiará até R\$ 15 milhões em eventos científicos

As propostas devem ser submetidas até o dia 3 de dezembro. Os eventos devem ocorrer entre 1 de março e 31 de julho de 2020

A CAPES publicou nesta terça-feira, 05, o edital nº25/2019 para o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP). Serão selecionadas propostas de apoio financeiro para a realização de eventos de caráter científico e tecnológico. O investimento nesta chamada será de até R\$ 15 milhões. As propostas devem ser submetidas a CAPES até o próximo dia 3 de dezembro.

É necessário que o evento tenha relevância para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), seja de curta duração, realizado no Brasil, e que envolva professores, alunos e pesquisadores, podendo ter abrangência nacional ou internacional. Além disso, devem ocorrer entre 1º de março e 31 de julho de 2020.

As instituições devem indicar o tamanho do evento de acordo com a expectativa de participantes (pequeno, médio ou grande). As propostas passarão por quatro fases de análise até a divulgação do resultado.

Em 2019, a CAPES apoiou 885 eventos científicos e tecnológicos pelo PAEP. Entre os objetivos do programa estão o suporte a divulgação da produção científica e tecnológica, melhoria da qualidade da produção nacional, fortalecimento da cooperação científico-acadêmica e incentivo à integração entre professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação.

Confira o edital completo aqui.

Serviço

Limite para submissão das propostas: 20h do dia 3/12/2019

Divulgação do resultado preliminar: a partir de 5/2/2020

Divulgação do resultado final: a partir de 27/2/2020

Capex

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

União de parlamentares ajudará na defesa das pautas da ciência, diz deputado Molon

Mobilização da comunidade científica ajudou a unir deputados que assinaram artigo no jornal O Globo

Um dos signatários do artigo em defesa da educação, ciência e tecnologia (C&T) publicado no jornal O Globo, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) afirmou que a mobilização das entidades representativas das comunidades científica e acadêmica brasileiras que formam a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) tem sido fundamental para unir parlamentares de correntes e ideologias diferentes em torno das pautas do setor.

“Sem dúvida nenhuma, todo o movimento feito pela SBPC, a ABC e todas as demais entidades nos ajudou muito a chegar até aqui”, afirmou Molon ao Jornal da Ciência.

O apoio dos parlamentares foi praticamente oficializado com a publicação nessa terça-feira (5/11) de um artigo intitulado “A base do progresso”, no jornal O Globo. Assinado por 22 deputados, incluindo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o texto teve apoio de lideranças da oposição, da maioria e da minoria, e líderes de 18 partidos de diferentes espectros políticos, do PT e PSOL ao PSDB e DEM.

Líder da oposição, Molon disse acreditar que o artigo publicado no Globo cria um clima muito favorável para garantir o orçamento necessário à CT&I e à reposição dos valores cortados pelo governo no Projeto de Lei Orçamentária para o ano que vem (PLOA 2020), encaminhado à Casa em agosto.

“Considero que demos um passo extremamente importante ao publicar em um jornal de grande circulação um artigo com a assinatura do presidente da Câmara dos deputados e 21 líderes, deixando claro que o parlamento não aceitará qualquer tentativa ou iniciativa que reduza a força, as possibilidades da ciência tecnologia e inovação no Brasil”, declarou. “Nós mostramos com esse artigo que o parlamento está unido, a despeito de todas as nossas diferenças partidárias, ideológicas, em defesa da CT&I”.

Em carta encaminhada ao presidente da Câmara, as entidades que formam a ICTP.Br endossaram as considerações e posicionamentos expressos no artigo.

Segundo fontes que acompanharam a negociação para publicação do artigo conjunto, a decisão foi tomada há cerca de um mês em uma reunião dos deputados com o presidente da Câmara. No encontro houve um consenso sobre a importância de uma manifestação pública firme da Casa em defesa da CT&I. O objetivo é dar um sinal para o Executivo de que medidas como a fusão da **Capes** com o CNPq, o encerramento da Finep, o contingenciamento e/ou extinção do FNDCT ou limitação dos investimentos das universidades pela emenda do teto de gastos vão encontrar resistência do parlamento.

Além de Molon e o presidente da Câmara, assinam o texto as lideranças Aguinaldo Ribeiro (da maioria); Jandira Feghali (da minoria) e dos partidos Paulo Pimenta (PT); Wellington Roberto (PL); Arthur Lira (PP); André de Paula (PSD); Baleia Rossi (MDB); Tadeu Alencar (PSB); Carlos Sampaio (PSDB); Jhonatan de Jesus (Republicanos); André Figueiredo (PDT); Elmar Nascimento (DEM); Augusto Coutinho (Solidariedade); Pedro Lucas Fernandes (PTB); José Nelto (Podemos); Ivan Valente (PSOL); André Ferreira (PSC); Daniel Almeida (PCdoB); Leandre (PV); Joenia Wapichana (Rede).

Janes Rocha – Jornal da Ciência

topo ↕

PORTAL AMIRT - TEMPO REAL

Famílias de vítimas do zika vírus com diagnóstico de microcefalia sofrem com depressão

Em meio ao surto do zika vírus que impactou milhares de famílias, pelo Brasil, em 2015 e 2016, nasceu a pequena Nicole, em Salvador, na Bahia. Enquanto a mãe Ingrid Graciliano aguardava a chegada da filha, que completa quatro anos este mês, o susto: um diagnóstico de microcefalia.

Ingrid passou a desenvolver os primeiros sintomas da depressão, pela novidade, a quebra de expectativa e por imaginar os cuidados e a luta que seria criar Nicole. Hoje, é

presidente da Associação de Anjos da Bahia e compara a situação a um luto, o que levou à depressão: algo comum em muitas mães e cuidadoras de crianças afetadas pela síndrome congênita do zika.

Ingrid conta que a falta de apoio familiar e suporte de políticas públicas para os cuidadores das crianças influenciam no desenvolvimento da depressão. Segundo ela, quase 80% das crianças afetadas pelo zika foram deixadas pelo pai e 10 mães da associação já tentaram suicídio.

“É preciso cuidar de quem cuida”. É o que defende, com unhas e dentes, a psiquiatra Darci Neves, também epidemiologista e professora do instituto de saúde coletiva da Universidade Federal da Bahia, depois que realizou um estudo preliminar sobre quem cuida das crianças afetadas pelo zika vírus.

Segundo a psiquiatra, o estudo foi realizado com famílias de 165 crianças que foram impactadas, de alguma forma, com o surto do zika vírus, entre 2015 e 2016, em Salvador. O resultado, segundo ela, já era previsto na literatura médica, mas veio a confirmação de que uma a cada três pessoas que cuidam dessas crianças apresentam diagnóstico de depressão. E a maior parte, 90%, são mães.

Segundo a especialista, a síndrome congênita do zika vírus gera o fator surpresa na família e ocasiona o estresse, que pode levar à depressão. Além disso, ela considera necessária a elaboração de políticas públicas que deem suporte a quem cuida dos pequenos, principalmente as mães.

Com o título “Desenvolvimento Infantil na Comunidade”, a equipe que a docente coordena acompanhou as 165 crianças de até quatro anos de idade, em Salvador. Todas foram afetadas, de alguma forma, pelo surto do zika: podendo ser microcefalia, hidrocefalia ou sem interferência na aparência do bebê, mas de caráter neurológico.

Nessa avaliação sobre o desenvolvimento dos pequenos, a pesquisa analisou três fatores: cognição, motricidade e linguagem. No fim das contas, o estudo aponta uma idade mental de um ano de idade, em crianças de três anos.

No desenvolvimento motor, por exemplo, foi avaliada a capacidade de agarrar objetos, andar e pular. Em mais de 80% das crianças avaliadas apresentaram atraso, em relação a outras crianças da mesma idade. A capacidade cognitiva, como percepção, memória e raciocínio foi afetada pelo zika em 79% por cento dos pequenos. E quanto à linguagem, o estudo revelou um atraso em relação à idade, em 78% das crianças avaliadas.

Foi na capital baiana, que o vírus da zika foi identificado, pela primeira vez, em 2015, em pacientes infectados. A microcefalia se tornou a complicação mais conhecida em bebês de mães que tiveram o zika vírus, mas existem outras complicações, como problemas motores e neurológicos que podem afetar a visão, a audição e o desenvolvimento da criança.

Cerca de 60 pessoas participaram da pesquisa, coordenada pela professora da UFBA, Darci Neves, com financiamento de agências de pesquisa **Capes** e CNPq e do Ministério da Saúde. Caso o financiamento seja mantido, o próximo passo do estudo é analisar o desenvolvimento dessas crianças na fase escolar, nos próximos anos. Só

assim vai ser possível embasar a elaboração de políticas públicas às crianças e familiares afetados pelo zika.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais

Apesar de o acesso à educação infantil ter aumentado nos últimos anos, com a frequência escolar na faixa de zero a 3 anos subindo de 30,4%, em 2016, para 34,2% em 2018 e na idade de 4 e 5 anos ter passado de 90,2% para 92,4%, o acesso ao ensino superior continua muito restrito, estabilizado em 32,7% dos jovens de 18 a 24 anos estudando.

Os dados estão na pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019, lançada hoje (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisa as condições de vida da população brasileira.

Segundo a pesquisadora do IBGE Betina Fresneda, que integra a coordenação de Educação da SIS, a entrada dos jovens no ensino superior não está compatível com os padrões internacionais. Ela explica que as metas do Plano Nacional de Educação estabelecem para 2024 a proporção de 33% dos jovens cursando a faculdade na idade correta, enquanto em 2018 a taxa foi de 23,1%.

“A gente tem um residual da população jovem com ensino superior relativamente baixo, a gente tem que aumentar muito ainda a entrada dos jovens no ensino superior, não temos um padrão compatível com o padrão internacional, apesar de já ter garantido o acesso universal na educação básica”, argumentou.

Na faixa de 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos, o acesso está praticamente universalizado, com 99,6% e 99,1% das crianças na escola. Já no ensino médio, com idade de 15 a 17 anos, a frequência cai para 88,2%, um leve aumento na comparação com 2016, quando 87,2% dos jovens nessa idade estavam estudando. De acordo com Betina, há 1,2 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola.

“O Brasil universalizou o acesso ao ensino fundamental só na década de 1990, vários países da América Latina já tinham passado por esse processo de expansão do sistema de ensino antes. Isso se reflete num atraso para você superar mais rapidamente essas defasagens de nível de instrução”, disse.

Nos indicadores sobre acesso à educação, a pesquisa mostra que 27,6% tinham alguma restrição em 2018. São consideradas aqui crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não frequentam escola, pessoas com mais de 15 anos analfabetas e maiores de 16 anos sem o ensino fundamental completo.

Analfabetismo

A pesquisa indica que o nível de instrução da população brasileira está melhorando, mas ainda está longe de patamares internacionais. Enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de pessoas de 25 a 64 anos que não concluíram o ensino médio é de 21,8%, no Brasil o índice é mais do que o dobro: 49%.

Para o ensino superior completo no grupo entre 25 e 34 anos, a média da OCDE é de 36% e no Brasil é de 19,7%.

O índice de analfabetismo no país está em 7,2%, uma queda na comparação com 2015, quando a taxa ficou em 8%. Naquele ano, o Brasil ocupava a quinta posição com a maior proporção de analfabetos na América Latina, à frente apenas de Guatemala, Honduras, El Salvador e República Dominicana.

O país da região com o menor índice de analfabetismo é Cuba, com 0,2%, seguido de Argentina, com 0,8% e Uruguai, que tem 1,5% da população analfabeta.

Acesso ao Ensino Superior Divulgação/IBGE

Quanto ao salário inicial pago aos docentes, o Brasil está atrás de todos os países da OCDE, com um total anual de US\$ 13.971 na educação básica. A média da OCDE é US\$ 34.534, chegando perto de US\$ 80 mil em Luxemburgo e acima de US\$ 60 mil na Alemanha e na Suíça.

O Plano Nacional de Educação estabelece que até 2020 os docentes da educação básica da rede pública devem ter seus salários equiparados aos demais profissionais com formação equivalente. Porém, de acordo com o IBGE, a proporção era de 74,8% em 2017.

A pesquisa indica que, em 2018, 95,7% dos municípios brasileiros tinham aprovado um plano de carreira para os professores, mas 25,8% não tinham definido o piso salarial. E em 69,5% dos municípios a indicação dos diretores de escola seguia somente indicação política.

Desigualdade racial

A desigualdade racial do Brasil também se reflete no acesso à educação, principalmente ao ensino superior. Entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, 55,7% não frequentam escola e não tem a etapa concluída, 8,2% frequentam a escola fora da etapa adequada e 36,1% estão na etapa adequada para a idade. Já entre os pretos e pardos, as proporções são de 68,9% fora da escola, 12,8% fora da etapa adequada e 18,3% na etapa adequada para a idade.

Quando se verifica a taxa de desocupação por cor ou raça, o IBGE comprova a desigualdade racial em todos os níveis de instrução, apesar dessa diferença diminuir com o aumento da escolaridade.

Na média, a desocupação entre as pessoas brancas fica em torno de 9,5% e entre as negras é de 14,1%. Na faixa sem instrução ou ensino fundamental incompleto, a taxa fica em 8,4% para os brancos e 12,7% para os negros, enquanto 5,5% das pessoas brancas com ensino superior estão sem trabalho e 7,1% das negras na mesma condição de ensino.

Na faixa com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto a proporção de desocupação é de 13,7% entre brancos e de 18,4% entre pretos e pardos e para quem tem ensino médio completo ou ensino superior incompleto a taxa é de 11,3% entre brancos e 15,4% entre negros.

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA - GERAL

Estudantes feirenses podem concorrer a prêmio da Capes

Ao todo, serão premiados mil estudantes de todo Brasil

Estudantes feirenses poderão participar do 1º Prêmio **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Talento Universitário**, que busca reconhecer o desempenho dos alunos com elevado grau de desenvolvimento de competências cognitivas. Ao todo, serão premiados mil estudantes de todo Brasil.

Cada um dos vencedores receberá R\$ 5 mil, totalizando R\$ 5 milhões em prêmios. Na Bahia, as provas serão realizadas em Salvador. O endereço do local será disponibilizado no endereço, em data a ser divulgada.

A premiação também pretende subsidiar estudos e pesquisas da **CAPES** para a formulação de políticas públicas para a educação superior. Para participar, o estudante deve ser brasileiro e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018, além de estar matriculados em instituições de ensino superior públicas, privadas ou militares, que ingressaram em 2019. Alunos de todas as áreas do conhecimento podem participar nas modalidades presencial e a distância.

Os interessados devem se inscrever no site do Prêmio (até 12 de novembro de 2019). A todos os participantes, será aplicada uma prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais em 8 de dezembro de 2019. As provas serão aplicadas em 60 municípios das 27 unidades da Federação, de 13h as 18h30.

O resultado será divulgado em fevereiro de 2020. Após a concessão do prêmio, em razão do interesse do Ministério da Educação (MEC) em estudos longitudinais de acompanhamento de trajetórias discentes, os estudantes poderão ser convidados a participar de etapas futuras de acompanhamento do seu percurso de formação acadêmica, envolvendo participação em entrevista ou preenchimento de questionários, a critério do Ministério.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Pesquisadores descobrem material genético de dinossauro em fóssil de 110 milhões de anos no Ceará

Fóssil encontrado pertence a um Tupandactylus, um pterossauro voador de aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça.

Uma molécula biológica responsável pela pigmentação de seres vivos foi encontrada preservada em um fóssil de cerca de 110 milhões de anos na região do Araripe, região sul do Ceará. O fóssil é de um pterossauro, um tipo de réptil voador da “Era dos Dinossauros”.

Outros fósseis da mesma espécie já foram encontrados na Chapada do Araripe, mas, neste caso, a crista do animal foi preservada. A descoberta faz parte de um estudo publicado nesta segunda-feira (4), na revista científica Scientific Reports, do grupo Nature.

Artur Andrade, pesquisador do Escritório Regional do Departamento Nacional de Produção Mineral, explica que a descoberta faz parte “da continuidade de um trabalho que se vem fazendo em cima de uma placa calcária, que tem uma crista de um Tupandactylus”. Segundo o pesquisador, o material já serviu para outras pesquisas do

campo: “esse já é o terceiro trabalho desenvolvido nessa placa”.

Os responsáveis pelo estudo são o paleontólogo Felipe Pinheiro, que atua na Universidade Federal de Pampa, no Rio Grande do Sul; Gustavo Prado, pesquisador do Instituto de Geociência da Universidade de São Paulo (USP); e o núcleo cearense, por meio do pesquisador Artur Andrade. Além disso, a equipe é composta, também, por cientistas de outros países, como Japão e Estados Unidos.

O fóssil em questão pertence a um *Tupandactylus*, um pterossauro voador de aproximadamente três metros de envergadura e uma crista alta na cabeça. Os pesquisadores comemoraram, principalmente, o bom estado de conservação do material: “parece que o pterossauro morreu ontem”, relatou Felipe Pinheiro.

“A melanina é uma das moléculas mais resistentes aos processos de fossilização. Enquanto os outros compostos são degradados com o passar do tempo, esse pigmento resiste de forma mais ou menos intacta”, explica o pesquisador Gustavo Prado, especialista em pigmentos fossilizados.

O estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Chapada do Araripe

Artur Andrade explica que uma associação de fatores contribuíram para que a melanina fosse preservada dentro da crista do pterossauro.

“Isso dá uma importância maior e com certeza os olhos da pesquisa vão ser virados novamente para a bacia sedimentar do Araripe. Assim, a gente vai dar continuidade a ponto de saber quais são as cores realmente existentes nesses animais”, finaliza.

A Chapada do Araripe compõe um território importante para o campo paleontológico nacional. Segundo o pesquisador, a presença de cor também já foi observada em estudos com asas de insetos e em alguns tipos de borboletas realizados na bacia cearense.

“Isso reporta ao patamar significativo da bacia no contexto paleontológico, tendo em vista as condições que favoreceram o processo de fossilização”, pontua.

*Sob supervisão de Valdir Almeida, do G1 CE

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

MEC lança Prêmio Capes Talento Universitário para valorizar estudantes de graduação

Já imaginou ganhar R\$ 5 mil? Se você iniciou um curso de graduação no Brasil em 2019, esta é a sua chance. O Prêmio **Capes** Talento Universitário está com inscrições abertas até as 23h59 da próxima terça-feira, 12 de novembro. O projeto tem por objetivo reconhecer e premiar mil estudantes com os melhores desempenhos em uma prova de conhecimentos gerais.

De iniciativa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, a premiação vai oferecer, ao todo, R\$ 5 milhões. Podem participar alunos de instituições públicas, privadas ou militares, independentemente de cursarem

modalidades presencial ou a distância.

Para se inscrever, o estudante deve ser brasileiro e ter iniciado a graduação em 2019. Também precisa ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2017 ou 2018.

Inscrição – Para se inscrever, o interessado deve acessar o portal do Prêmio. Na página, é preciso clicar em “Primeiro acesso do candidato” e, em seguida, informar CPF, data de nascimento e e-mail pessoal. Após o procedimento, uma senha será criada e enviada ao e-mail informado. O cadastro serve para o candidato acessar o protocolo de participação, a confirmação da inscrição e saber o local de prova. As informações também vão auxiliar na preparação logística da prova.

O interessado não pode ter débito, de qualquer natureza, com a **Capes**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou outras agências ou instituições de fomento à pesquisa.

Prova – Para testar o nível de conhecimento dos participantes e selecionar os de melhor desempenho, uma prova de 80 questões de múltipla escolha de conhecimentos gerais será aplicada pela **Capes**, por meio da Cesgranrio. A aplicação será realizada em 8 de dezembro, à tarde, em 60 municípios brasileiros, localizados nas 27 unidades da Federação.

O resultado será divulgado no primeiro semestre de 2020. Além de valorizar e premiar os melhores estudantes, o Prêmio **Capes** Talento Universitário vai subsidiar estudos e pesquisas da **Capes** para a formulação de políticas públicas para a educação superior.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capes** - MEC (05.11.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES financiará até R\$ 15 milhões em eventos científicos

A **CAPES** publicou nesta terça-feira, 05, o edital nº25/2019 para o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP). Serão selecionadas propostas de apoio financeiro para a realização de eventos de caráter científico e tecnológico. O investimento nesta chamada será de até R\$ 15 milhões. As propostas devem ser submetidas a **CAPES** até o próximo dia 3 de dezembro.

É necessário que o evento tenha relevância para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), seja de curta duração, realizado no Brasil, e que envolva professores, alunos e pesquisadores, podendo ter abrangência nacional ou internacional. Além disso, devem ocorrer entre 1º de março e 31 de julho de 2020.

As instituições devem indicar o tamanho do evento de acordo com a expectativa de participantes (pequeno, médio ou grande). As propostas passarão por quatro fases de análise até a divulgação do resultado.

Em 2019, a **CAPES** apoiou 885 eventos científicos e tecnológicos pelo PAEP. Entre os objetivos do programa estão o suporte a divulgação da produção científica e tecnológica, melhoria da qualidade da produção nacional, fortalecimento da cooperação científico-acadêmica e incentivo à integração entre professores, pesquisadores e

estudantes de pós-graduação.

Confira o edital completo aqui.

Serviço

Limite para submissão das propostas: 20h do dia 3/12/2019

Divulgação do resultado preliminar: a partir de 5/2/2020

Divulgação do resultado final: a partir de 27/2/2020

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 05.11.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Edital oferece bolsas de doutorado na Alemanha

A parceria entre a **CAPES** e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) lançou o Edital nº 23/2019 para a concessão de até 65 bolsas de doutorado. Publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 05, o documento garante até 84.300 Euros anuais para financiamento das bolsas no exterior.

O Programa **CAPES/DAAD** apoia a formação de professores e pesquisadores de alto nível estimulando a cooperação acadêmica e o intercâmbio científico entre o Brasil e a Alemanha, contribuindo para a mobilidade entre universidades alemãs e brasileiras.

Das bolsas oferecidas, 30 serão financiadas pela **CAPES** em todas as áreas do conhecimento. Destas, até 10 irão para Doutorado Pleno, 17 para Doutorado-Sanduíche e três para Doutorado-Sanduíche com Cotutela.

Cronograma

As inscrições podem ser feitas até o dia 20 de dezembro, exclusivamente, pelo formulário online na página do Programa. Os resultados serão divulgados até maio de 2020 e os bolsistas iniciarão suas atividades a partir de outubro do mesmo ano.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 05.11.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Investimento estratégico: o balanço dos 300 dias

As ações da **CAPES** em 2019 influenciam estudantes e professores e estão alinhadas com crescimento estratégico do país. Ao longo do ano, três eixos receberam atenção especial da Coordenação: investimentos no País, internacionalização e fomento à formação de professores da educação básica.

Investimentos no País

Mais de R\$ 1,5 bilhão foi investido em mestrados, doutorados e pós-doutorados, beneficiando 95.424 bolsistas. Pelo Programa de apoio a Eventos no País (PAEP), 885 eventos com caráter científico e tecnológico de curta duração no país foram apoiados pela **CAPES**.

Também foi lançado mais um edital do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa (Procad Defesa), que incentiva a realização de projetos conjuntos de pesquisa nas áreas de interesse da Defesa Nacional.

Outra iniciativa para apoiar os estudantes de nível superior, o Portal de Periódicos

oferece um acervo com mais de 49 mil títulos, 130 bases de dados de referências e outras 12 de patentes. De janeiro a setembro de 2019, foram registrados mais de 131 milhões de acessos ao seu conteúdo.

Internacionalização

Ao longo do ano, a **CAPES** consolidou novos acordos com a Alemanha, os Estados Unidos e a China, todos voltados às áreas estratégicas do país. No âmbito internacional são mais de 4 mil bolsistas beneficiados. Ao todo, 16 editais foram lançados em parceria com instituições internacionais.

Mais de R\$ 340 milhões foram direcionados para pesquisas desenvolvidas no exterior, pagamento de bolsas, auxílios, taxas e passagens, contribuindo para o fortalecimento das redes de pesquisa.

Fomento à Formação de Professores da Educação Básica

Na educação a distância são mais de R\$ 240 milhões investidos. Só o programa Ciência é 10 beneficia 400 mil crianças através da formação continuada de professores da educação básica. Para a educação básica presencial, a **CAPES** investiu R\$ 570 milhões em bolsas e fomentos.

Com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a coordenação possibilita a formação continuada de professores da educação básica em todo o país. São mais de 142 mil bolsas distribuídas. Outra forma de qualificação para professores da rede pública de ensino são os Mestrados Profissionais em Rede Nacional (ProEB). Ao todo, 11 modalidades de ProEB beneficiam 23 mil bolsistas.

Investindo diretamente na graduação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica concedem juntos mais de 88 mil bolsas para estudantes de licenciatura.

Por fim, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) prepara profissionais do magistério que não têm formação específica na área que atuam em sala de aula. Este ano o programa recebeu 4.946 bolsas.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 05.11.2019

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC vai aumentar nota de universidade privada que ceder espaço ao governo federal

Programa, que vai ser chamado de Educação em Prática, deve ser lançado hoje às 15 horas

O Ministério da Educação (MEC) deve lançar hoje um programa para aumentar a nota de universidades particulares que oferecerem seus espaços ociosos ao governo. A avaliação do ensino superior privado feita pelo MEC é hoje a principal maneira da sociedade verificar a qualidade dos cursos e um importante componente no mercado concorrido do ensino privado. Agora, vai se sair melhor a instituição particular que permitir que o governo use seu laboratório para receber alunos do ensino médio público.

O programa, que vai ser chamado de Educação em Prática, é uma tentativa do governo de fazer algo com relação à reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Além disso, é

uma justificativa para ter encerrado em agosto o programa de ensino integral.

Por meio da reforma do ensino médio, as escolas públicas precisam diversificar seus currículos e oferecer caminhos opcionais para os estudantes, além das disciplinas obrigatórias. Entre eles estão: Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais e Formação Técnica e Profissional.

Será aí que a universidade vai entrar para ganhar seus pontos a mais. Ela oferecerá espaço para esses chamados “itinerários formativos” acontecerem. Críticos da proposta dizem que a ideia até seria menos pior se não condicionasse essa ajuda a pontos no Sinaes, o sistema de avaliação do ensino superior do MEC.

MEC lança hoje programa para universidades privadas

A regulação das universidades privadas é uma das grandes moedas de troca do MEC e que mais sofre lobby. Fontes disseram ao Estado que há alguns donos de instituições paulistas que exercem forte influência sobre o próprio ministro Abraham Weintraub.

No mês passado, como revelou o Estado, o ministro demitiu o titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Ataíde Alves, que não estaria agradando dirigentes e donos de faculdades particulares por falta de agilidade na liberação de novos credenciamentos.

Outro motivo que teria levado à demissão de Ataíde seria justamente que ele dificultava o andamento do programa que vai ser lançado hoje. A proposta foi inicialmente apresentada, sem detalhes, em agosto.

Ele também teria travado as discussões para desburocratizar o processo de regulação, contrariando o que vem defendendo o ministro. Em eventos do setor, Weintraub defende uma autoregulação das faculdades privadas com a mínima interferência do Estado.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Economista deixa Cultura e assume pasta no MEC que credencia faculdades privadas

Saída de Ricardo Braga abre nova disputa na Cultura; um dos cotados é o diretor do Ceacen, Roberto Alvim

BRASÍLIA - O economista Ricardo Braga deixou nesta quarta-feira, 6, a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para assumir a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC).

Sem experiência na área de educação, Braga assume pasta estratégica ao governo, pois aprova o credenciamento de novas faculdades e a abertura de novos cursos na rede particular de ensino. A secretaria ainda é alvo de pressão por políticos e grupos educacionais.

Braga esteve por apenas dois meses à frente da Cultura. O secretário anterior, Henrique Pires, deixou o governo após a suspensão de edital que selecionava obras com temática LGBT para serem exibidas em TVs públicas.

A saída de Braga abre disputa para novo secretário de Cultura. Conforme o Estado publicou, um dos cotados ao cargo é o atual diretor do Centro de Artes Cênicas

(Ceacen) da Funarte, Roberto Alvim.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, tem relação conturbada com Alvim, segundo pessoas do governo, e trabalha para evitar que ele assuma o cargo.

Próximo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), Alvim também é avaliado para assumir a presidência da Fundação Nacional de Artes (Funarte), desocupada desde segunda-feira, 4, quando foi exonerado o pianista Miguel Angelo Oronoz Proença.

Ao Estado, o músico disse que responder a ataques de Alvim à atriz Fernanda Montenegro foi decisivo para a sua demissão.

Novo secretário do MEC

Paulistano de 50 anos, Braga é formado em Economia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP) e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ao assumir a Secretaria de Cultura, o Ministério da Cidadania informou que Braga construiu uma trajetória no mercado financeiro, de bancos e corretoras, e tem experiência na gestão de operações e investimentos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ricardo Braga é exonerado da secretaria especial da Cultura e vai para o MEC Economista estava há dois meses na pasta que vive turbulência política

RIO — Apenas há dois meses à frente da secretaria especial de Cultura, Ricardo Braga foi exonerado do cargo e realocado para comandar a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação (MEC), conforme havia antecipado O GLOBO . A decisão foi publicada no Diário Oficial desta quarta-feira.

O novo secretário da pasta, vinculada ao Ministério da Cidadania, ainda não foi definido pelo Governo. Braga estava na Cultura desde setembro e foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para o cargo.

Ele assumiu a pasta após a demissão do ex-secretário Henrique Pires, que entrou em choque com Bolsonaro e o ministro da Cidadania, Osmar Terra, ao acusar o governo de censura pela suspensão de um edital para a TV pública com linhas dedicadas a temas de diversidade de gênero.

Economista com uma longa carreira no mercado financeiro, Braga já foi superintendente de operações do Banco Votorantim e atuou como diretor de investimentos do Andbank Brasil.

Também segue indefinido quem assumirá a Fundação Nacional de Arte (Funarte) no lugar do pianista Miguel Proença, exonerado na segunda-feira. O diretor de artes cênicas da fundação e apoiador do presidente Bolsonaro, Roberto Alvim, é o nome cotado para o cargo.

Nomeado em julho, Alvim havia chamado atenção da classe artística um mês antes, ao lançar em suas redes sociais uma convocação para artistas conservadores criarem uma máquina de guerra cultural .

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais
Na faixa de 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos, o acesso está praticamente universalizado, com 99,6% e 99,1% das crianças na escola**

Apesar de o acesso à educação infantil ter aumentado nos últimos anos, com a frequência escolar na faixa de zero a 3 anos subindo de 30,4%, em 2016, para 34,2% em 2018 e na idade de 4 e 5 anos ter passado de 90,2% para 92,4%, o acesso ao ensino superior continua muito restrito, estabilizado em 32,7% dos jovens de 18 a 24 anos estudando.

Os dados estão na pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019, lançada hoje (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisa as condições de vida da população brasileira.

Segundo a pesquisadora do IBGE Betina Fresneda, que integra a coordenação de Educação da SIS, a entrada dos jovens no ensino superior não está compatível com os padrões internacionais. Ela explica que as metas do Plano Nacional de Educação estabelecem para 2024 a proporção de 33% dos jovens cursando a faculdade na idade correta, enquanto em 2018 a taxa foi de 23,1%.

“A gente tem um residual da população jovem com ensino superior relativamente baixo, a gente tem que aumentar muito ainda a entrada dos jovens no ensino superior, não temos um padrão compatível com o padrão internacional, apesar de já ter garantido o acesso universal na educação básica”, argumentou.

Na faixa de 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos, o acesso está praticamente universalizado, com 99,6% e 99,1% das crianças na escola. Já no ensino médio, com idade de 15 a 17 anos, a frequência cai para 88,2%, um leve aumento na comparação com 2016, quando 87,2% dos jovens nessa idade estavam estudando. De acordo com Betina, há 1,2 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola.

“O Brasil universalizou o acesso ao ensino fundamental só na década de 1990, vários países da América Latina já tinham passado por esse processo de expansão do sistema de ensino antes. Isso se reflete num atraso para você superar mais rapidamente essas defasagens de nível de instrução”, disse.

Nos indicadores sobre acesso à educação, a pesquisa mostra que 27,6% tinham alguma restrição em 2018. São consideradas aqui crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não frequentam escola, pessoas com mais de 15 anos analfabetas e maiores de 16 anos sem o ensino fundamental completo.

Analfabetismo

A pesquisa indica que o nível de instrução da população brasileira está melhorando, mas ainda está longe de patamares internacionais. Enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de pessoas de 25 a 64 anos que não concluíram o ensino médio é de 21,8%, no Brasil o índice é mais do que o dobro: 49%.

Para o ensino superior completo no grupo entre 25 e 34 anos, a média da OCDE é de 36% e no Brasil é de 19,7%.

O índice de analfabetismo no país está em 7,2%, uma queda na comparação com 2015, quando a taxa ficou em 8%. Naquele ano, o Brasil ocupava a quinta posição com a maior proporção de analfabetos na América Latina, à frente apenas de Guatemala, Honduras, El Salvador e República Dominicana.

O país da região com o menor índice de analfabetismo é Cuba, com 0,2%, seguido de Argentina, com 0,8% e Uruguai, que tem 1,5% da população analfabeta.

Quanto ao salário inicial pago aos docentes, o Brasil está atrás de todos os países da OCDE, com um total anual de US\$ 13.971 na educação básica. A média da OCDE é US\$ 34.534, chegando perto de US\$ 80 mil em Luxemburgo e acima de US\$ 60 mil na Alemanha e na Suíça.

O Plano Nacional de Educação estabelece que até 2020 os docentes da educação básica da rede pública devem ter seus salários equiparados aos demais profissionais com formação equivalente. Porém, de acordo com o IBGE, a proporção era de 74,8% em 2017.

A pesquisa indica que, em 2018, 95,7% dos municípios brasileiros tinham aprovado um plano de carreira para os professores, mas 25,8% não tinham definido o piso salarial. E em 69,5% dos municípios a indicação dos diretores de escola seguia somente indicação política.

Desigualdade racial

A desigualdade racial do Brasil também se reflete no acesso à educação, principalmente ao ensino superior. Entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, 55,7% não frequentam escola e não tem a etapa concluída, 8,2% frequentam a escola fora da etapa adequada e 36,1% estão na etapa adequada para a idade. Já entre os pretos e pardos, as proporções são de 68,9% fora da escola, 12,8% fora da etapa adequada e 18,3% na etapa adequada para a idade.

Quando se verifica a taxa de desocupação por cor ou raça, o IBGE comprova a desigualdade racial em todos os níveis de instrução, apesar dessa diferença diminuir com o aumento da escolaridade.

Na média, a desocupação entre as pessoas brancas fica em torno de 9,5% e entre as negras é de 14,1%. Na faixa sem instrução ou ensino fundamental incompleto, a taxa fica em 8,4% para os brancos e 12,7% para os negros, enquanto 5,5% das pessoas brancas com ensino superior estão sem trabalho e 7,1% das negras na mesma condição de ensino.

Na faixa com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto a proporção de desocupação é de 13,7% entre brancos e de 18,4% entre pretos e pardos e para quem tem ensino médio completo ou ensino superior incompleto a taxa é de 11,3% entre brancos e 15,4% entre negros.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Professores da rede estadual de ensino no Centro-Oeste de Minas aderem à paralisação

Servidores de Divinópolis e Itaúna aderiram ao movimento. Eles reivindicam um plano de atendimento para 2020, o término do fechamento de turmas e turnos, além do pagamento integral do 13º salário de 2019 e do piso salarial.

Professores e servidores da rede estadual de educação em cidades do Centro-Oeste de Minas aderiram à paralisação realizada nesta quarta-feira (6). Segundo balanço da Superintendência Regional de Ensino (SRE), servidores de Divinópolis e Itaúna aderiram ao movimento.

Os professores reivindicam um plano de atendimento para 2020, o término do fechamento de turmas e turnos, além do pagamento integral do 13º salário de 2019 e do piso salarial.

Segundo a superintendência, seis escolas pararam as atividades em Divinópolis e 3 mil alunos ficaram sem aula. Em Itaúna, duas escolas aderiram ao movimento e 500 alunos não tiveram atividades escolares nesta quarta.

A superintendência informou ainda, que a carga horária da paralisação será resposta até o fim do ano letivo.

Piso salarial

Sobre o piso salarial dos professores, de acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), o valor definido em lei federal é de R\$ 2.455,35 para 40 horas.

Atualmente, segundo a SEE-MG, o salário inicial para professor pela jornada de 24 horas no estado é de R\$ 1.982,54 acrescido de um abono de R\$ 153,10, incorporado ao vencimento.

Para os auxiliares da educação básica o piso é de R\$ 1.128,76 por 30 horas por semana, mas a lei federal não contempla essa função.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Ceará é 2º estado do Nordeste com mais jovens que concluíram ensino básico, aponta IBGE

Mais de 63% dos cearenses de 18 a 29 anos de idade têm, no mínimo, 12 anos de estudo; estado fica atrás apenas de Pernambuco

O destaque do Ceará na área da educação se mantém firme de acordo com os resultados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nesta quarta-feira (6). No estado, 63,3% dos jovens de 18 a 29 anos têm no mínimo 12 anos de estudo – ou seja, concluíram os ensinos fundamental e médio. É o segundo melhor índice do Nordeste.

O número aumentou 4,8 pontos percentuais desde 2016, passando de 58,5% naquele ano para 63,3% dos jovens cearenses em 2018. A liderança no indicador, porém, é do estado de Pernambuco, onde 64,5% das pessoas naquela faixa etária cursaram os 12 anos do ensino básico (nove do ensino fundamental mais três do ensino médio).

Apesar do bom resultado, outra perspectiva mostra que os 36,7% restantes dos jovens de 18 a 29 anos do Ceará ainda não estudaram o período mínimo para conclusão do ensino básico.

Frequência

A educação cearense também desponta como líder nos índices de frequência escolar, principalmente nos níveis iniciais. Quase todas (98%) as crianças de 6 a 14 anos de idade estão cursando o ensino fundamental (EF), quinto melhor resultado do Brasil; e 90,5% dos meninos e meninas de 11 a 14 anos estão nos anos finais do EF.

Por outro lado, a garantia da idade certa no ensino médio (EM) ainda exige crescimento: um a cada quatro estudantes de 15 a 17 anos não está nas séries finais da educação básica. De acordo com o estudo, 73,5% dos adolescentes cearenses estão cursando o EM, contra 26,6% que estão atrasados ou fora da escola (a pesquisa não especifica essas condições). Apesar disso, o índice foi o quinto melhor do Brasil.

Escola pública prevalece no ensino médio

A síntese mostrou, ainda, a porcentagem de cearenses que frequentam instituições públicas e privadas, conforme os níveis de ensino. No ensino infantil, 69% das crianças estão na rede pública, 31% na privada; no fundamental, 77,6% estudam em escolas públicas, 22,4% em privadas; no médio, os índices são de 88,8% e 11,2%, respectivamente.

A situação se inverte quando os cearenses chegam ao ensino superior: menos de um terço ocupa as vagas públicas e 67,6% recorrem às universidades e faculdades privadas. Recortando apenas a capital, a diferença é ainda maior: 29% dos fortalezenses estão nas instituições de ensino superior públicas, contra 71% que ocupam a rede privada.

A SIS 2019 é baseada, segundo o IBGE, nas edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2012 a 2018, e mostra também o panorama dos estados e capitais no mercado de trabalho.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Universidade privada que ceder espaço ao governo terá nota maior O ministro da Educação, Abraham Weintraub, lança nesta quarta-feira o programa Educação em Prática

O Ministério da Educação (MEC) deve lançar nesta quarta-feira (06/11/2019) um programa para aumentar a nota de universidades particulares que oferecerem espaços ociosos ao governo. A avaliação do ensino superior privado feita pelo MEC é o hoje a principal maneira da sociedade verificar a qualidade dos cursos e um importante componente no mercado concorrido do ensino privado.

Agora, vai se sair melhor a instituição particular que permitir que o governo use o laboratório para receber alunos do ensino médio público.

O programa, que vai ser chamado de Educação em Prática, é uma tentativa do governo de fazer algo com relação à reforma do ensino médio, aprovada em 2017. Além disso, é uma justificativa para ter encerrado em agosto o programa de ensino integral.

Por meio da reforma do ensino médio, as escolas públicas precisam diversificar currículos e oferecer caminhos opcionais para os estudantes, além das disciplinas obrigatórias. Entre eles estão: Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais e Formação Técnica e Profissional.

Será aí que a universidade vai entrar para ganhar pontos a mais. Ela oferecerá espaço para esses chamados “itinerários formativos” ocorrerem. Críticos da proposta dizem que a ideia até seria menos pior se não condicionasse essa ajuda a pontos no Sinaes, o sistema de avaliação do ensino superior do MEC.

A regulação das universidades privadas é uma das grandes moedas de troca do MEC e que mais sofre lobby. Fontes disseram ao Estado que há alguns donos de instituições paulistas que exercem forte influência sobre o próprio ministro Abraham Weintraub (foto em destaque).

No mês passado, como revelou o Estado, o ministro demitiu o titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Ataíde Alves, que não estaria agradando dirigentes e donos de faculdades particulares por falta de agilidade na liberação de novos credenciamentos.

Outro motivo que teria levado à demissão de Ataíde seria justamente que ele dificultava o andamento do programa que vai ser lançado hoje. A proposta foi inicialmente apresentada, sem detalhes, em agosto.

Ele também teria travado as discussões para desburocratizar o processo de regulação, contrariando o que vem defendendo o ministro. Em eventos do setor, Weintraub defende uma autorregulação das faculdades privadas com a mínima interferência do Estado.

topo ↕

O OBSERVADOR - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Prefeitura seleciona coordenador de Pólo da Universidade Aberta do Brasil UAB

Porto Velho, RO - A Prefeitura de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Educação Semed, torna público processo seletivo para provimento de uma vaga para a função de coordenador de Pólo do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), na condição de bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

O coordenador atuará na gestão do Pólo UAB com carga horária de 40 horas semanais, que corresponderá à jornada de trabalho regular do servidor, mais horas de bolsista. Entre suas atribuições específicas estão: coordenar e acompanhar as atividades dos tutores presenciais e a distância do pólo; promover ações de permanência dos estudantes no curso visando o aproveitamento e a diminuição da evasão; articular-se com o mantenedor do pólo e instituições de ensino público superior com o objetivo de prover a oferta de cursos; acompanhar e gerenciar a entrega dos materiais no pólo e apoiar as ações gerenciais da **Capes** e as acadêmicas das Instituições de Ensino Superior.

Para concorrer ao cargo é necessário, entre outras exigências, ser professor efetivo da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, com contrato mínimo de 20h, desde que tenha disponibilidade de atuar 40h semanais.

O Edital está previsto a publicação a partir do dia 11 de novembro no Diário Oficial do Município.

Esta seleção compreenderá de duas etapas: análise curricular de títulos e de documentos. Mais informações poderão ser obtidas no edital.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Secretário da Cultura é exonerado para assumir cargo no MEC

O secretário especial da Cultura, o economista Ricardo Braga, foi exonerado do cargo para assumir um novo posto no governo. Agora, ele atuará no Ministério da Educação, como secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), no lugar de Ataíde Alves. A mudança consta de decreto e portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 6.

Paulistano de 50 anos, Braga é formado em Economia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP) e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Quando assumiu a Secretaria Especial da Cultura em setembro, o Ministério da Cidadania, pasta à qual a secretaria está vinculada, disse que Braga construiu uma trajetória no mercado financeiro, de bancos e corretoras, e tem experiência na gestão de operações e investimentos. Ele atuava como diretor de Investimentos do Andbank Brasil até ser convidado para a Secretaria da Cultura e antes foi superintendente de Operações do Banco Votorantim.

A secretaria do MEC que agora será comandada por Ricardo Braga é responsável pela formulação de políticas voltadas para Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, pertencentes ao sistema federal de educação superior.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Unifesp abre vagas para câmpus na zona leste da capital

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) aprovou a criação do curso de Geografia, a primeira graduação aberta no câmpus da zona leste da capital paulista. A partir do próximo ano, serão ofertadas 60 vagas e a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será usada para o ingresso de alunos.

Prometida pelo Ministério da Educação (MEC) ainda em 2005, essa unidade, chamada de Instituto das Cidades, só foi criada em 2014 e começou a funcionar há menos de dois anos. Até agora, lá têm sido oferecidas apenas atividades de extensão e a oferta de algumas disciplinas para estudantes de outros câmpus da universidade, mas esse instituto não tinha alunos próprios.

Após a inauguração do câmpus da Universidade de São Paulo (USP), em 2005, era reivindicada a abertura de uma unidade da Unifesp na região, uma das mais populosas da cidade e carente de oferta de ensino superior público. As restrições de verba e um imbróglio para a descontaminação do terreno – a faculdade vai funcionar onde antes operava uma fábrica – atrasaram o início das atividades.

“É uma conquista muito importante, tendo em vista a quantidade de dificuldades que enfrentamos. Tivemos questões ambientais, já que havia uma contaminação no terreno e, quando houve a liberação do espaço físico, não tínhamos orçamento para as reformas que eram necessárias no prédio; nem a liberação para a contratação de docentes”, comenta Isabel Hartmann de Quadros, pró-reitora de Graduação da Unifesp. Desde 2014, toda a rede de instituições de ensino federal tem enfrentado uma série de reduções orçamentárias pelo MEC.

O Instituto das Cidades foi criado com o objetivo de formar profissionais com foco na resolução de problemas ligados ao desenvolvimento urbano. Além de Geografia, está prevista a oferta dos cursos de Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia Civil.

Nenhum dos outros tem previsão para começar, uma vez que dependem, principalmente, da liberação pelo Ministério da Casa Civil da contratação de novos professores e de orçamento para finalizar a reforma do prédio para que possa receber mais alunos.

Projeto de expansão

A Unifesp abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais tradicionais do País na área. Em 2005, o projeto do governo federal era aumentar o tamanho da instituição e criar um Anel Universitário, que englobava as cidades de São Paulo, Guarulhos, Diadema, Embu das Artes e Osasco.

Naquele ano, o MEC constatou que o Estado de São Paulo era o que tinha a menor proporção entre o número de vagas no ensino superior público e população. Por meio do projeto, foram criadas a Federal do ABC (UFABC) e os câmpus da Unifesp na região metropolitana.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais

Apesar de o acesso à educação infantil ter aumentado nos últimos anos, com a frequência escolar na faixa de zero a 3 anos subindo de 30,4%, em 2016, para 34,2% em 2018 e na idade de 4 e 5 anos ter passado de 90,2% para 92,4%, o acesso ao ensino superior continua muito restrito, estabilizado em 32,7% dos jovens de 18 a 24 anos estudando.

Os dados estão na pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019, lançada hoje (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisa as condições de vida da população brasileira.

Segundo a pesquisadora do IBGE Betina Fresneda, que integra a coordenação de Educação da SIS, a entrada dos jovens no ensino superior não está compatível com os padrões internacionais. Ela explica que as metas do Plano Nacional de Educação estabelecem para 2024 a proporção de 33% dos jovens cursando a faculdade na idade correta, enquanto em 2018 a taxa foi de 23,1%.

“A gente tem um residual da população jovem com ensino superior relativamente baixo, a gente tem que aumentar muito ainda a entrada dos jovens no ensino superior, não temos um padrão compatível com o padrão internacional, apesar de já ter garantido o acesso universal na educação básica”, argumentou.

Na faixa de 6 a 10 anos e de 11 a 14 anos, o acesso está praticamente universalizado, com 99,6% e 99,1% das crianças na escola. Já no ensino médio, com idade de 15 a 17 anos, a frequência cai para 88,2%, um leve aumento na comparação com 2016, quando

87,2% dos jovens nessa idade estavam estudando. De acordo com Betina, há 1,2 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola.

“O Brasil universalizou o acesso ao ensino fundamental só na década de 1990, vários países da América Latina já tinham passado por esse processo de expansão do sistema de ensino antes. Isso se reflete num atraso para você superar mais rapidamente essas defasagens de nível de instrução”, disse.

Nos indicadores sobre acesso à educação, a pesquisa mostra que 27,6% tinham alguma restrição em 2018. São consideradas aqui crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não frequentam escola, pessoas com mais de 15 anos analfabetas e maiores de 16 anos sem o ensino fundamental completo.

Analfabetismo

A pesquisa indica que o nível de instrução da população brasileira está melhorando, mas ainda está longe de patamares internacionais. Enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de pessoas de 25 a 64 anos que não concluíram o ensino médio é de 21,8%, no Brasil o índice é mais do que o dobro: 49%.

Para o ensino superior completo no grupo entre 25 e 34 anos, a média da OCDE é de 36% e no Brasil é de 19,7%.

O índice de analfabetismo no país está em 7,2%, uma queda na comparação com 2015, quando a taxa ficou em 8%. Naquele ano, o Brasil ocupava a quinta posição com a maior proporção de analfabetos na América Latina, à frente apenas de Guatemala, Honduras, El Salvador e República Dominicana.

O país da região com o menor índice de analfabetismo é Cuba, com 0,2%, seguido de Argentina, com 0,8% e Uruguai, que tem 1,5% da população analfabeta.

Quanto ao salário inicial pago aos docentes, o Brasil está atrás de todos os países da OCDE, com um total anual de US\$ 13.971 na educação básica. A média da OCDE é US\$ 34.534, chegando perto de US\$ 80 mil em Luxemburgo e acima de US\$ 60 mil na Alemanha e na Suíça.

O Plano Nacional de Educação estabelece que até 2020 os docentes da educação básica da rede pública devem ter seus salários equiparados aos demais profissionais com formação equivalente. Porém, de acordo com o IBGE, a proporção era de 74,8% em 2017.

A pesquisa indica que, em 2018, 95,7% dos municípios brasileiros tinham aprovado um plano de carreira para os professores, mas 25,8% não tinham definido o piso salarial. E em 69,5% dos municípios a indicação dos diretores de escola seguia somente indicação política.

Desigualdade racial

A desigualdade racial do Brasil também se reflete no acesso à educação, principalmente ao ensino superior. Entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, 55,7% não frequentam escola e não tem a etapa concluída, 8,2% frequentam a escola fora da etapa adequada e

36,1% estão na etapa adequada para a idade. Já entre os pretos e pardos, as proporções são de 68,9% fora da escola, 12,8% fora da etapa adequada e 18,3% na etapa adequada para a idade.

Quando se verifica a taxa de desocupação por cor ou raça, o IBGE comprova a desigualdade racial em todos os níveis de instrução, apesar dessa diferença diminuir com o aumento da escolaridade.

Na média, a desocupação entre as pessoas brancas fica em torno de 9,5% e entre as negras é de 14,1%. Na faixa sem instrução ou ensino fundamental incompleto, a taxa fica em 8,4% para os brancos e 12,7% para os negros, enquanto 5,5% das pessoas brancas com ensino superior estão sem trabalho e 7,1% das negras na mesma condição de ensino.

Na faixa com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto a proporção de desocupação é de 13,7% entre brancos e de 18,4% entre pretos e pardos e para quem tem ensino médio completo ou ensino superior incompleto a taxa é de 11,3% entre brancos e 15,4% entre negros.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Economista deixa Cultura e assume pasta no MEC após 2 meses

Saída de Ricardo Braga abre nova disputa na Cultura; um dos cotados é o diretor do Ceacen, Roberto Alvim

O economista Ricardo Braga deixou nesta quarta-feira, 6, a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para assumir a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres/MEC).

Sem experiência na área de educação, Braga assume pasta estratégica ao governo, pois aprova o credenciamento de novas faculdades e a abertura de novos cursos na rede particular de ensino. A secretaria ainda é alvo de pressão por políticos e grupos educacionais.

Braga esteve por apenas dois meses à frente da Cultura. O secretário anterior, Henrique Pires, deixou o governo após a suspensão de edital que selecionava obras com temática LGBT para serem exibidas em TVs públicas.

A saída de Braga abre disputa para novo secretário de Cultura. Conforme o jornal O Estado de S. Paulo publicou, um dos cotados ao cargo é o atual diretor do Centro de Artes Cênicas (Ceacen) da Funarte, Roberto Alvim.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, tem relação conturbada com Alvim, segundo pessoas do governo, e trabalha para evitar que ele assuma o cargo.

Próximo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), Alvim também é avaliado para assumir a presidência da Fundação Nacional de Artes (Funarte), desocupada desde segunda-feira, 4, quando foi exonerado o pianista Miguel Angelo Oronoz Proença.

Ao Estado, o músico disse que responder a ataques de Alvim à atriz Fernanda Montenegro foi decisivo para a sua demissão.

Paulistano de 50 anos, Braga é formado em Economia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP) e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ao assumir a Secretaria de Cultura, o Ministério da Cidadania informou que Braga construiu uma trajetória no mercado financeiro, de bancos e corretoras, e tem experiência na gestão de operações e investimentos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Unifesp abre vagas para campus na zona leste da capital

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) aprovou a criação do curso de Geografia, a primeira graduação aberta no campus da zona leste da capital paulista. A partir do próximo ano, serão ofertadas 60 vagas e a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será usada para o ingresso de alunos.

Prometida pelo Ministério da Educação (MEC) ainda em 2005, essa unidade, chamada de Instituto das Cidades, só foi criada em 2014 e começou a funcionar há menos de dois anos. Até agora, lá têm sido oferecidas apenas atividades de extensão e a oferta de algumas disciplinas para estudantes de outros campus da universidade, mas esse instituto não tinha alunos próprios.

Após a inauguração do campus da Universidade de São Paulo (USP), em 2005, era reivindicada a abertura de uma unidade da Unifesp na região, uma das mais populosas da cidade e carente de oferta de ensino superior público. As restrições de verba e um imbróglio para a descontaminação do terreno - a faculdade vai funcionar onde antes operava uma fábrica - atrasaram o início das atividades.

"É uma conquista muito importante, tendo em vista a quantidade de dificuldades que enfrentamos. Tivemos questões ambientais, já que havia uma contaminação no terreno e, quando houve a liberação do espaço físico, não tínhamos orçamento para as reformas que eram necessárias no prédio; nem a liberação para a contratação de docentes", comenta Isabel Hartmann de Quadros, pró-reitora de Graduação da Unifesp. Desde 2014, toda a rede de instituições de ensino federal tem enfrentado uma série de reduções orçamentárias pelo MEC.

O Instituto das Cidades foi criado com o objetivo de formar profissionais com foco na resolução de problemas ligados ao desenvolvimento urbano. Além de Geografia, está prevista a oferta dos cursos de Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia Civil.

Nenhum dos outros tem previsão para começar, uma vez que dependem, principalmente, da liberação pelo Ministério da Casa Civil da contratação de novos professores e de orçamento para finalizar a reforma do prédio para que possa receber mais alunos.

Projeto de expansão

A Unifesp abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais tradicionais do País na área. Em 2005, o projeto do governo federal era aumentar o tamanho da instituição e criar um Anel Universitário, que englobava as cidades de São Paulo, Guarulhos, Diadema, Embu das Artes e Osasco.

Naquele ano, o MEC constatou que o Estado de São Paulo era o que tinha a menor

proporção entre o número de vagas no ensino superior público e população. Por meio do projeto, foram criadas a Federal do ABC (UFABC) e os campus da Unifesp na região metropolitana. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Secretário da Cultura é exonerado para assumir cargo no MEC

O secretário especial da Cultura, o economista Ricardo Braga, foi exonerado do cargo para assumir um novo posto no governo. Ele atuará no Ministério da Educação, como secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), no lugar de Ataíde Alves. A mudança consta de decreto e portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira.

Paulistano de 50 anos, Braga é formado em Economia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP) e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Quando assumiu a Secretaria Especial da Cultura em setembro, o Ministério da Cidadania, pasta à qual a secretaria está vinculada, disse que Braga construiu uma trajetória no mercado financeiro, de bancos e corretoras, e tem experiência na gestão de operações e investimentos. Ele atuava como diretor de Investimentos do Andbank Brasil até ser convidado para a Secretaria da Cultura e antes foi superintendente de Operações do Banco Votorantim.

A secretaria do MEC que agora será comandada por Ricardo Braga é responsável pela formulação de políticas voltadas para Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, pertencentes ao sistema federal de educação superior.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Extrema pobreza tem recorde e atinge mais de 13 milhões de pessoas em 2018, diz IBGE

RIO DE JANEIRO (Reuters) - A extrema pobreza no Brasil bateu recorde em 2018 com mais de 13 milhões de pessoas vivendo com menos de 2 dólares ao dia, segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada nesta quarta-feira.

O Brasil não tem uma linha explícita de extrema pobreza, mas o Banco Mundial convencionou o parâmetro de 1,90 dólar ao dia como referência. Pelos parâmetros do banco são consideradas pobres as pessoas que vivem com até 5,50 dólares.

Segundo a pesquisa do IBGE, o Brasil tinha cerca de 13,5 milhões de pessoas vivendo com menos de 1,90 dólar ao dia em 2018. O percentual de pessoas na extrema pobreza atingiu no ano passado 6,5% da população brasileira, maior patamar desde o início da pesquisa em 2012.

Em 2017, 6,4% dos brasileiros viviam na extrema pobreza e o menor patamar foi registrado em 2014, de 4,5%.

"Em 2018 tínhamos na extrema pobreza o equivalente a mais que as populações de países como Portugal, Grécia e Bolívia", destacou o pesquisador do IBGE Leonardo Athias.

O IBGE lembrou ainda que o Bolsa Família, principal programa social do país, tem

como foco famílias com renda per capita de até 89 reais ao mês, enquanto para o Banco Mundial uma pessoa se encontra em pobreza extrema com uma renda per capita de 145 reais ao mês.

"Quando ele (Bolsa Família) foi pensado lá atrás, era próximo da linha de extrema pobreza global. Mas não foi atualizado e criou esse gap de 89 para 145 reais", disse Athias.

O aumento da extrema pobreza no país nos últimos anos, explicou o IBGE, está diretamente ligado à recessão no biênio 2015/2016, que provocou demissões em massa. Parte dessas pessoas só conseguiu retornar ao mercado de trabalho mais tarde, em condições menos favoráveis.

"A crise econômica puxou a pobreza. E para superar isso tem que haver políticas de combate à pobreza, medidas de estímulo ao mercado de trabalho, políticas distributivas para proteger as populações mais vulneráveis desses ciclos econômicas e estimular cada vez mais a educação", avaliou o gerente do IBGE André Simões.

O maior percentual de população vivendo com menos de 5,50 dólares ao dia foi registrado no Maranhão, de 53%. Na outra ponta está Santa Catarina, onde apenas 8% das pessoas tinham um renda domiciliar inferior a esse valor.

EDUCAÇÃO

Segundo o IBGE, ao longo das últimas gerações houve um aumento considerável no nível de instrução da população brasileira, mas mesmo assim o país está distante do patamar internacional.

A pesquisa mostrou que em 2017 --dado comparável a outros países-- 49% dos brasileiros com idade entre 25 e 64 anos não tinham concluído o ensino médio, mais que o dobro da média dos países da OCDE, cujo percentual era de 21,8%.

O Brasil aparece à frente de países como México, Turquia, Costa Rica e Portugal, mas atrás de diversos outros como Colômbia, Argentina, Chile, África do Sul e a maioria dos europeus, além de Nova Zelândia, Austrália e Japão.

"O aumento da escolaridade se deu de forma mais rápida nas gerações mais novas, que se beneficiaram do processo recente de expansão da educação básica e do ensino superior. Mas mesmo assim está abaixo da média da América Latina", disse a pesquisadora do IBGE Betina Fresneda.

"Temos uma dívida educacional muito grande a ser pagar e uma inércia das nossas políticas públicas que ganharam mais força na década de 1990", completou a pesquisadora.

No Brasil, apenas 19,7% das pessoas com idade entre 25 e 34 anos tinham ensino superior completo em 2017, ao passo que a média da OCDE era de 36,7%, segundo o IBGE.

Os dados da pesquisa revelaram ainda que o Brasil tinha em 2015 uma das maiores taxas de analfabetismo da América Latina, de 8% das pessoas com 15 anos ou mais.

CLIPPING



Esse percentual é igual ao da República Dominicana e menor apenas que El Salvador, Honduras e Guatemala.

Por outro lado, a taxa de analfabetismo era de 0,2% em Cuba, 0,8% na Argentina, 1,5% no Uruguai e 3,4% na Venezuela.

